

Por uma Internet cidadã



**Publicação internacional de
análise e opinião da Agência
Latino-Americana de Informação
(ALAI)**

ISSN N° 1390-1230

Diretor: Osvaldo León

ALAI: Endereço postal
Casilla 17-12-87, Quito, Equador

Sede no Equador:
Av. 12 de Octubre N18-24 y Patria
Of. 503, Quito, Equador
Tel: (593-2) 2528716 / 2505074
Fax: (593-2) 2505073

Site: <http://alainet.org>

Redação:
info@alainet.org

Assinaturas e publicidade:
alaiadmin@alainet.org

ALAI é uma agência informativa sem fins de lucro constituída em 1976 na província de Quebec, no Canadá.

As informações contidas nessa publicação podem ser reproduzidas na condição de que se mencione a fonte devidamente e se envie uma cópia à redação. As opiniões contidas nos artigos assinados são de estrita responsabilidade de seus autores e não refletem necessariamente o pensamento da ALAI.

Assinatura da versão impressa (10 números anuais)

| | Individual | Institucional |
|----------------|------------|---------------|
| Equador* | US\$ 34 | US\$ 40 |
| América Latina | US\$ 60 | US\$ 80 |
| Outros países | US\$ 75 | US\$ 140 |

*inclui IVA

Como assinar:

www.alainet.org/revista.phtml
São aceitos pagamentos pela Internet

Ilustração e
desenho da capa
Verónica León

Por uma Internet cidadã

- 1 Outra Internet é possível?
Sally Burch
- 5 A importância da maleabilidade da propriedade intelectual
Tão aberto, tão fechado
Pedro Cagigal
- 8 Segurança versus privacidade, direito à resistência
Montserrat Boix
- 11 Desafios Técnicos e Políticos para uma Internet segura
ALAI
- 15 Faça ciberpaz, não ciberguerra!
Prabir Purkayastha
- 19 Rumo a terras mais livres na internet
María del Pilar Sáenz
- 22 Neutralidade de Rede por uma internet igualitária
ParminderJeet Singh
- 28 Mulheres na Internet
Visibilidade para consolidar reconhecimento e direitos
Dafne Sabanes Plou
- 31 O desafio democrático na Internet
Norbert Bollow
- 34 WSIS+10: questões, atores, o que esperar
Richard Hill
- 37 Chamado de Túnis para uma Internet da Cidadania

Outra Internet é possível?

Sally Burch

Apenas 25 anos atrás, a maioria das pessoas nunca tinha usado um computador, visto um celular ou ouvido falar de Internet. Essas tecnologias são agora tão incorporadas na vida diária que os nossos modos de fazer, viver, trabalhar, consumir, interagir, organizar, estão mudando rapidamente, trazendo muitos benefícios. A Internet é a principal base de dados global para fins pedagógicos, de conhecimento, trabalho, consumo e outros; mas, ao mesmo tempo, há questões fundamentais de direitos e interesse público, relacionadas ao controle e tomada de decisões. Assim, há novos desafios para a ordem político-econômica e do convívio social que a nossa sociedade ainda não pode processar corretamente.

A invasão da privacidade da comunicação é talvez um dos exemplos mais evidentes, desde as revelações de Edward Snowden acerca da espionagem massiva realizada pela Agência de Segurança Nacional (NSA) dos Estados Unidos. Porém há muitas outras áreas onde novos problemas estão surgindo, incluindo: a potencial discriminação na seleção automatizada de candidatos a empregos, educação, crédito e outros; a perda dos direitos trabalhistas na nova “economia do compartilhamento”; ou o excessivo poder de uma única empresa privada transnacional - Google - para determinar o que é visível e o que não é, na maior e mais consultada base de dados do mundo - ou seja, a Web. Isto significa que as decisões sobre o desenvolvimento da Internet seus usos e aplicações, que têm implicações para os direitos humanos, a justiça e a equidade social e econômica e a democracia, exigem um quadro de políticas e regulamentações públicas em nível nacional e internacional.

Descentralização ou concentração

Não há dúvida de que a Internet, que inicialmente foi desenvolvida como um sistema relativamente descentralizado permitiu o florescimento de iniciativas de criatividade e inovação sem fim. É, talvez, a primeira vez que a população tem acesso a participar livremente no desenvolvimento de uma tecnologia, em vez de simplesmente ser um usuário. Com sua capacidade de adaptação em suas diferentes escalas, esta tecnologia tem demonstrado a sua aptidão para capacitar os cidadãos ou as iniciativas da comunidade, sob seu próprio controle. A ferramenta também ajudou a democratizar o acesso à informação, à comunicação e ao conhecimento; e permitiu a proliferação do espaço- sejam abertos ou fechados- de troca livre de ideias, conhecimentos, criações, onde prevalece um sentimento de propriedade comum e autogestão.

Sob conceitos tais como, “bem comum”, software livre e cultura de conhecimento compartilhado, estão desenvolvendo muitas iniciativas de tecnologia alternativa, incluindo redes sociais, mensagens gratuitas, plataformas de blogs, sistemas de segurança, incluindo um sistema alternativo de nomes de domínio, o Open Root, que é independente do sistema de ICANN¹.

No entanto, em paralelo tem havido uma outra tendência contrária para a concentração e centralização. Devido ao chamado “efeito de rede”, onde os utilizadores convergem para o serviço mais bem-sucedido, a Internet também tem gerado a formação de grandes monopólios, com uma acumulação econômica sem precedentes, e a consequente concentração de poder. A “matéria-prima” deste enriquecimento são os dados (pessoais e outros)

Sally Burch, jornalista ALAI.

dos usuários, involuntariamente entregues a essas empresas em troca de serviços “livres”; dados que são vendidos para anunciantes, que são os clientes preferenciais dessas empresas; enquanto os usuários, como potenciais consumidores, tornam-se o “produto”. Além disso, para reforçar o controle, os espaços públicos foram se fechando com “paredes” dentro plataformas privadas de redes sociais online, onde as regras são definidas pelo fornecedor.

Junto com esta segunda tendência - e sabemos que com a convivência direta, foi universalizada a vigilância por parte das agências de segurança, principalmente dos Estados Unidos e quatro aliados anglófonos (Grã-Bretanha, Canadá, Austrália e Nova Zelândia - que compõem os chamados 5 Olhos), ignorando qualquer limite geográfico, legal ou ético. Seu objetivo é coletar todas as informações possíveis de todo o mundo, em todos os tópicos e mantê-las indefinidamente. Sabe-se que outros governos nacionais também se aventuram em maior ou menor grau nessas atividades, dentro ou fora da lei, mas não em uma escala tão massiva. Além disso, pelo menos 30 países estão desenvolvendo armas cibernéticas, que poderiam nos orientar no sentido de uma situação de guerra através da Internet, o que traz o risco de escalar a outros níveis da guerra.

Entre estas duas tendências opostas - descentralização, ou concentração /monitoramento /armas cibernéticas-, o saldo está se inclinndo perigosamente para a segunda, com graves consequências potencialmente para os direitos humanos, justiça social e econômica, e até mesmo para a própria democracia. Isso ocorre porque as forças de mercado empurram fortemente em direção à concentração; mas também porque o desenvolvimento tecnológico da Internet não priorizou devidamente a segurança dos usuários. Somado a isso, há poucas medidas em termos de legislação e políticas públicas para colocar ordem. Existem casos em que a legislação é contrária, sacrificando a segurança e a privacidade dos usuários, supostamente para proteger as pessoas contra o terrorismo, embora nenhuma evidência de que ela é eficaz.

As batalhas legais

Várias iniciativas recentes estão relançando o debate sobre os direitos digitais do mundo. Muitos governos têm adotado políticas para assegurar a neutralidade da rede. No Brasil e em alguns países da União Europeia encontram-se as leis mais avançadas sobre os direitos na Internet. Além disso, a Alemanha e o Brasil estão liderando uma iniciativa na ONU sobre privacidade, depois de alegações de Snowden, um dos resultados é que o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas recentemente nomeou um relator especial sobre privacidade.

Inevitavelmente, mais cedo ou mais tarde, a defesa dos direitos digitais implicará o enfrentar o poder excessivo das grandes corporações transnacionais da Internet. Como outro exemplo desse poder, no dia 21 de abril de 2015, o Google unilateralmente mudou seu algoritmo de busca para celular, para que as pesquisas não levem em conta os sites considerados “hostis” para o celular. Em outras palavras, não importa o conteúdo, ou a reputação ou popularidade do site, mas a capacidade de instalar a tecnologia móvel, o que é uma desvantagem para muitos sites de baixa renda.

Considerando que mais de 60% das buscas na Web em todo o mundo (e cerca de 90% na Europa e América Latina) passam pelo Google. A empresa tem o poder de determinar os conteúdos que privilegiam no horizonte dos internautas e quais nunca serão vistos. Mas, com que legitimidade se autoconcedeu esse poder? Poucos dias antes, a comissão antimonopólio da União Europeia acusou formalmente o Google de abusar da posição dominante do seu motor de busca, porque os seus algoritmos secretos favorecem determinados conteúdos próprios em detrimento de outros no resultado de buscas. A empresa Google anunciou que contestará nos tribunais e o julgamento pode durar anos. Quantos governos terão a capacidade de lidar com gigantes como Google e, mesmo que consigam, quanto afetará o poder das empresas? Lembrando que o Google também tem o

Gmail - segundo serviço de correio eletrônico no mundo; o sistema Android que captura 76% do mercado de smartphones; o Youtube, que domina o vídeo on-line; e é de longe o maior fornecedor do mundo no grande mercado da publicidade online.

Agora, não são só as corporações privadas que estão na mira da defesa dos direitos na Internet, mas também certos governos e suas agências de segurança. Um estudo recém-lançado pela Comissão Mundial sobre a Governança da Internet, intitulada «Rumo a um pacto social com a privacidade e segurança digital», observa o risco atual de erosão da confiança na Internet e adverte que «Indivíduos e empresas devem ser protegidos tanto contra o abuso da Internet por terroristas, os grupos ciber criminosos, como os excessos por parte de governos e empresas que coletam e utilizam os dados privados» (p. 9). Em conformidade com o direito à privacidade reconhecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos, o estudo afirma que «o papel do governo deve ser o de fortalecer a tecnologia que depende da Internet e a sua utilização, e não enfraquecê-la» (p 10.). O relatório insiste no reconhecimento da privacidade como um direito humano fundamental; e apela a uma maior transparência e responsabilidade dos governos; e da proporcionalidade em monitoramento, em conformidade com a legislação nacional e internacional de direitos humanos. Também exigem mais responsabilidade das empresas que coletam dados do usuário, tanto para garantir a segurança dos mesmos, como para informar e consultar corretamente os usuários sobre sua utilização.

Presidida pelo ex-primeiro-ministro sueco e líder do Partido Conservador, Carl Bildt, a Comissão Global sobre Governança da Internet é composta por um grupo de alto nível de 29 pessoas com influência nos círculos políticos de Internet, incluindo os ex-altos funcionários de segurança e de inteligência estadunidense e britânica. É significativo o reconhecimento de um grupo, principalmente do establishment reconhecer que eles estão perdendo o equilíbrio entre os interesses nacionais de

segurança e privacidade; e que prejudicar a segurança dos usuários implica favorecer o crime e até mesmo o terrorismo. No entanto, nas suas recomendações de mecanismos para avançar, a Comissão defende o atual modelo «multi-setorial» de governança, que na verdade pouco tem cumprido as normas democráticas.

Nos últimos tempos, também tramitaram várias ações judiciais privadas nas cortes da Europa para comprovar até onde os direitos existentes devem ser respeitados no domínio digital. E em várias ocasiões, se vê um sistema jurídico disposto a assumir posições fortes em defesa dos direitos humanos contra governos e corporações privadas, e, assim, estabelecer precedentes. Esses casos incluem um acordo do Tribunal Europeu de Justiça contra o Facebook para a segurança e tratamento de dados dos utilizadores europeus, tendo em conta a sua cooperação com as agências de inteligência em programas como o Prism. O mesmo tribunal apoiou também o «direito a ser esquecido» (ou seja, de solicitar a remoção de dados pessoais dos motores de busca). Em outro caso, um tribunal do Reino Unido reconheceu o direito dos usuários do navegador Safari, da Apple, alegando que a empresa Google reteve e vendeu sem autorização os dados sobre seus hábitos de navegação privada.

Enquanto isso, em 2014, o mesmo Tribunal Europeu anulou parcialmente a Diretiva de Retenção de Dados da UE de 2006, ao considerar que obrigar os provedores de comunicação a manter todos os meta-dados (ou seja, quem se comunica com quem) interfere indevidamente no direito fundamental à privacidade.

Quanto aos países do Sul, poucos seriam capazes de confrontar as corporações de Internet nos tribunais. Na verdade, alguns estão abrindo mais suas portas, acolhendo, por exemplo, a iniciativa “internet.org” de Facebook, que supostamente estende o acesso a setores pobres a Internet a partir de seu celular, mas que, na prática indicia uma internet pobre para os pobres» que os liga às plataformas

corporativas, e isso, é em flagrante, violação do princípio da neutralidade da rede. Até agora, na América Latina, apenas o Chile se manteve firme de negar a entrada de internet.org. Claro, vale a pena pensar em alternativas para que comunidades pobres tenham acesso à tecnologia, mas há outras opções que não envolvem dependência de espaços corporativos, tais como a iniciativa guifi.net na Catalunha, que foi premiada por conectar comunidades com equipamentos autogeridos de custo muito baixo.

Rumo ao Fórum Social de Internet

Há uma crescente compreensão de que dificilmente podemos começar a alterar as tendências atuais na configuração do poder e o sistema de governança da internet, se um amplo movimento social de pressão para esse fim não for construído. Como contribuição para este fim, no início de 2015, várias organizações lançaram a ideia de um Fórum Social de Internet (FSI), com um caráter de um fórum temático ligado ao processo do Fórum Social Mundial (FSM). Mais de 80 organizações se juntaram ao apelo inicial e a iniciativa foi discutida no Fórum Social Mundial, na Tunísia, em março deste ano.

O FSI é apresentado como um espaço para discutir “a Internet que queremos e como construí-la antes que revolução do conhecimento e do acesso à informação seja sequestrada por interesses corporativos e agências de segurança, aumentando o nexo de corrupção entre política e dinheiro “.

A intenção é de juntar uma ampla gama de organizações, movimentos sociais e ativistas e militantes sociais que partilham essa meta, já que a internet se tornou uma ferramenta e espaço de troca e referência indispensável para o trabalho organizacional e de causas sociais. Com isto, se pretende a criação de um mecanismo democrático de organização do FSI, que, entre outros aspectos, definirá as modalidades, o lugar e a data do Fórum.

Por que o formato de um Fórum Social? A chamada afirma que o Fórum Social de Internet (FSI) é inspirado nos processos do Fórum Social Mundial (FSM) e sua visionária chamada de que «Outro mundo é possível», adotando o lema de que «Outra Internet dos povos é possível». Recordando a Carta de Princípios do FSM, que apela a um processo de globalização diferente do «comandado pelas grandes corporações multinacionais e pelos governos e instituições que servem aos seus interesses,» o FSI aposta numa «Internet a partir de baixo, controlada pelo povo, incluindo aqueles que ainda não estão conectados. “

Nas seguintes páginas desta revista, as pessoas ligadas a este processo, exploram algumas das questões importantes para construir uma Internet dos povos, ou, uma Internet mais cidadã, mais justa, equitativa e democrática. <

Tradução: Kássia Marques (Coletivo Chasqui)
Revisão: Vitor Taveira (Coletivo Chasqui)



A importância da maleabilidade da propriedade intelectual

Tão aberto, tão fechado

Pedro Cagigal

Muitas palavras têm sido incorporadas ao discurso de ativistas e políticos desde a popularização dos meios digitais: livre, aberto, compartilhamento, transparência, rede e outras. Mesmo que parte do léxico aparece afim com a esquerda e inclusive tem sido promovido como tal, na realidade estes termos transitam indiscriminadamente nos mais diversos discursos políticos.

Naquilo que parece um giro do capitalismo (uma volta), vemos como companhias que tem suas bases no digital começam a ganhar terreno na competição em que comumente são tradicionais as corporações bancárias, mineração e petrolíferas. Em dezembro de 2014 a Apple registrou a maior receita trimestral da história gerada por uma corporação. Em 2013, WhatsApp, uma companhia com cerca de 50 funcionários e pequena infraestrutura, foi adquirida por Facebook por 19 milhões de dólares (12 dos quais foram pagos em ações) pagou não só pelo nome e a rede estabelecida, mas também pela informação de seus 400 milhões de usuários, ou seja, pelos usuários; e assim, pela eliminação da concorrência. Existem muitos exemplos desse tipo de aquisições e fusões, muitas startups são planejadas para serem compradas por grandes corporações. Essa nova cara do capitalismo revela a tendência em direção a uma estruturação em monopólios da economia digital e cognitiva. Não esqueçamos que quando falamos de propriedade intelectual, falamos de

monopólios legais sobre conhecimentos, saberes e produtos culturais.

Na bolsa de valores, as companhias dependem da valoração abstrata e especulativa de sua marca- propriedade intelectual. Essa valoração está amarrada a infraestrutura reputação da empresa (tamanho, eficiência, mercado e capital simbólico), mas também tem que ver com a “posse” e monopólio de conhecimentos e informação. O abarcamento (monopolização), classificação e novos sistemas de análise de dados massivos são tendência, assim como a acumulação de patentes. A economia digital tem se estruturado com base na transação comercial da informação e inovação de geração, recopilação e apropriação. Muito desse comércio se faz sob a legislação de propriedade intelectual internacional: patentes, marcas e copyright. No entanto, a informação que produzimos ao navegar na WEB, e inclusive parte do que deixamos em diversas aplicações na rede, não está sujeita a reivindicações de autoria, mas sim aos termos e condições de cada sistema. Resumindo: se usamos esta tecnologia aceitamos obrigatoriamente todas as condições impostas (inclusive entregar tua alma imortal, como uma aplicação de jogos britânica ironicamente incluiu em seus termos de uso).

Termos em disputa

Nos sistemas de propriedade intelectual global tem existido uma tendência histórica a proteger mais e por mais tempo aos detentores dos direitos de comercialização - não necessariamente os autores-. No entanto, os direitos sobre os conteúdos e dados criados pelos usuários na

Pedro Cagigal atualmente é investigador de processos de ciência e tecnologia na América Latina para FEDAEPS, Quito. É mestre em Cultura e Sociedade Digital.

cas de organização produtiva, novos sistemas de negócio, tem promovido o autodidatismo e contribuído para criação de comunidades políticas, inclusive partidos como Pirate Party. Mas o *livre* também está carregado de uma ideologia liberal de desregulamentação. Por sua parte, o software aberto, mantendo a ideia de códigos acessíveis, adotou uma atitude mais pragmática e flexível com o mercado. Para Nathaneil Tkacz¹ o aberto está baseado nos mesmos valores que as democracias neoliberais: liberdade, individualismo, competência e intercâmbio. O aberto esconde seus encerramentos como colaborador em algum software você pode ter acesso ao código apenas se tiver os conhecimentos e ferramentas, pode escolher algumas tarefas, não pode alterar a estrutura de distribuição de tarefas e muito menos a estrutura dos negócios. Com “transparência” acontece o mesmo: pode ser sinônimo de honestidade, mas também tem a conotação da vigilância permanente e sua subsequente disciplina interna através da vigilância dos outros. Até mesmo a ideia de compartilhar (sharing economy) se converteu no capital simbólico de um punhado de empresas - milionárias - da Silicon Valley, como a Uber.

Modos de Propriedade

Os meios digitais são muitos sedutores, nos oferecem jogos, informação, nos dão a plasticidade e comodidade para construir identidades virtuais e novas formas de nos relacionar e comunicar. Nossa participação é o que sustenta sua economia, por isso estão sempre repetindo: conte-nos sua vida, diga-nos do que você gosta e do que não gosta, gastemos nosso tempo junto a correr, crie redes, convide amigos. Nessa saturação, podemos recordar o valor de dizer nada, que Deleuze concebeu: as forças repressivas não pretendem proibir que nos expressemos, pelo contrário, nos obrigam a que nos expressemos constantemente.

Soa um tanto desalentador que todo o poten-

cial de participação social através da rede acaba revitalizando o capitalismo: no entanto, não devemos desmerecer o que esses dispositivos geraram: novas formas de organização social através do trabalho solidário, o conhecimento e os interesses compartilhados, criando comunidades que não são determinadas pela geografia e que também não estão submetidas a interesses comerciais. Também se pode dizer, como Martín Petersen² argumenta, que a grande contribuição do software livre é a possibilidade de pensar em diferentes modos de propriedade: o copyleft estabelece um tipo de propriedade que se mantém no domínio público, as licenças Creative Commons (CC) dão diversas opções para a divulgação criativa sem truncar a sua capacidade de comercialização. Além desses exemplos, podemos pensar que a propriedade intelectual pode ser definida de muitas outras maneiras através de novos licenciamentos. E, portanto, o CC e o copyleft ficam aquém no potencial de gerar licenciamentos comunitários, colaborativos, nacionais ou regionais, com ênfase nos conhecimentos das comunidades ancestrais. A forma que definimos nossas propriedades criativas influencia diretamente nossos modelos de negócios e associações de trabalho, como o software livre tem demonstrado.

Pensar em novos licenciamentos, novas propriedades onde existam menos monopólios, não só geram alternativas ao atual sistema global de propriedade intelectual - base do neoliberalismo - como também pode sugerir novos caminhos de mudança para o Estado. A defesa da propriedade privada definiu o papel do Estado capitalista: alterar o sentido de propriedade, essa propriedade imaterial motor da nova economia, e fazer com que o Estado reconheça responsabilidades sobre outras possíveis propriedades - públicas, comunitárias, colaborativas - é um meio para alterar a lógica do Estado. ◀

Tradução: Sergio Barboza (Coletivo Chasqui)
Revisão: Kassia Marques (Coletivo Chasqui)

1 Tkacz, N. (2012). From open source to open government: A critique of open politics. *Ephemera*, 12(4), 386.

2 Pedersen, M. (2010). Free culture in context: Property and the politics of free software. *The commoner*, 14, 40-136.

Segurança versus privacidade, direito à resistência

Montserrat Boix

Poderia parecer demasiado simples iniciar uma reflexão sobre privacidade, segurança e liberdade na Internet com a referência aos ataques contra as Torres Gêmeas de Nova Iorque em 11 de setembro de 2001. Especialistas em inteligência e terrorismo reconhecem que o 11 de setembro foi um “dia a mais” dentro de um processo que vinha sendo gestado muito tempo antes¹; mas a data marca sem dúvidas um ponto de inflexão que se converteu em algo recorrente nessa última década: a utilização por parte de alguns governos de acontecimentos violentos e traumáticos para justificar a diminuição da liberdade e provocar o estado coletivo de medo, com o objetivo de que a cidadania acabe cedendo sua privacidade, algo que seria inadmissível em outros momentos, com a promessa de maior segurança.

Em pouco mais de uma década, os EUA, utilizando inimigos mundiais mais ou menos reais e o argumento de combater o terrorismo mundial, conseguiram levar para todo o planeta a mensagem de que a solução neste mundo cada vez mais inseguro está no controle em massa.

1 José Maria Blanco. Seguridad e Inteligencia después del 11-S <http://bit.ly/1HA92Ke>

Montserrat Boix, jornalista catalã, criadora do “Mujeres en Red”, rede feminista na Internet. Pesquisadora em ciberfeminismo e hackativismo. Professora de TIC e sociedade civil em diversos programas de mestrado na Espanha. Ativista no movimento de Software Livre e Cultura Livre.

De pouco tem servido a demonstração de que se trata de um falso dilema, que uma maior vigilância da população não implica na redução de ameaças terroristas e que, no entanto, podem ter efeitos altamente perversos.

Ser investigado apenas por utilizar a Internet fere os direitos humanos básicos. O anonimato é vital para uma sociedade aberta e livre². Temos direito de nos comunicarmos livremente pela Internet sem sermos vigiados.

Informar-nos, refletir com calma, posicionarmos, estabelecer os limites que nos permitem salvaguardar os direitos individuais e coletivos e exigir de governos e corporações seu respeito marcará o futuro de nossas sociedades e da própria sobrevivência da democracia.

“Ou está conosco ou está com os terroristas”

Em 20 de setembro de 2001, em um discurso para o Congresso dos EUA, direcionado também para a nação, o então presidente George W. Bush revelava o desenho do novo cenário: o terrorismo era uma “*ameaça contínua*” e a nova estratégia defensiva afetaria todos os âmbitos com um marco global, “*com operações visíveis e outras encobertas e secretas*”, “*nos uniremos - avançava o discurso - para fortalecer nossas capacidades de inteligência, para conhecer os planos dos terroristas antes que*

2 Electronic Frontier Foundation. Anonimato y cifrado <http://bit.ly/1IQAC4B>

atuem e encontrá-los antes que ataquem” e uma advertência que conseguiu calar profundamente e marcar uma lógica binária da qual tem sido difícil escapar: “ou está conosco ou está com os terroristas”³.

A consequência direta foi o crescimento da indústria privada de inteligência, a criação de produtos destinados à espionagem e a interceptação massiva da comunicação⁴ e o desenvolvimento de um sistema de vigilância mundial sem restrições. Autoridades legais secretas delegaram à NSA (Agência Nacional de Segurança dos EUA) a revisão de registros telefônicos, de Internet e a localização de grandes grupos humanos. Um processo que permaneceu secreto até as revelações do WikiLeaks.

A partir de 2010, o maior vazamento de documentos secretos da história, com mais de 25.000 cabos ou comunicações entre o Departamento de Estado dos Estados Unidos e suas embaixadas⁵ e mensagens eletrônicas datadas de 2001 a 2011 da agência privada Stratfor⁶ revelaram a face oculta de um sistema pouco ou nada respeitoso com os direitos humanos e a lei, dedicado a espionar políticos, jornalistas, dissidentes e ativistas com a cumplicidade, por seu silêncio, dos grandes meios de comunicação.

Em junho de 2013, as suspeitas se converteram em certezas com as revelações de Edward Snowden, ex-contratado da CIA e da NSA. Surgiram provas da existência de uma rede de colaboração entre centenas de agências de inteligência de vários países para expandir e consolidar a vigilância globalizada. Seus documentos nos permitiram conhecer a utilização por parte da NSA de programas como o PRISM, que desde 2007 facilitava a espionagem de 35 líderes mundiais através de seus celulares⁷ e dava acesso direto

3 <http://1.usa.gov/1fydk3b>

4 Así se mueve el negocio del espionaje masivo de las telecomunicaciones. Wikileaks publica la tercera entrega de los Spyfiles <http://bit.ly/1Pvc98S>

5 <http://bit.ly/1Dk8mCu>

6 <http://bit.ly/1z1eZi2>

7 <http://bit.ly/1tGs7Em>

aos dados de Facebook, Google, Apple e outros gigantes da Internet⁸, ou o Xskyscore, um programa capaz de detectar a nacionalidade dos estrangeiros mediante a análise do idioma das mensagens eletrônicas interceptadas, aplicado na América Latina, especialmente em países como Brasil, Colômbia, Equador, México ou Venezuela⁹. As informações de Snowden confirmam também que é possível romper a criptografia do sistema financeiro mundial.

“Abriu-se uma brecha entre o que as pessoas acreditavam ser seus direitos e o que seus governos deram em troca de informação útil apenas para o próprio governo” denuncia o professor Eben Moglen¹⁰ em seu artigo “Privacidad bajo ataque: los archivos de la NSA revelaron nuevas amenazas a la democracia”. A empresa privada tirou proveito da confusão e do choque que nos produziu descobrir a utilização impune de nossos dados; e os governos estão, também, se beneficiando disso, colocando em perigo a sobrevivência da própria democracia. A nova situação nos interpela de maneira individual e coletiva: a privacidade está relacionada com nosso entorno social, não se trata de transações isoladas que individualmente fazemos com os demais. Quando entregamos nossa informação pessoal também estamos prejudicando a privacidade de outras pessoas. A privacidade, assinala Moglen, é sempre uma relação entre muitas pessoas, não uma transação entre duas.

O mundo está polarizado entre aqueles que consideram que ninguém pode impedir o controle e aqueles que se perguntam por que deveríamos nos importar com este controle se não estamos fazendo nada errado. E a resposta

8 Glenn Greenwald and Ewen MacAskill. NSA Prism program taps in to user data of Apple, Google and Others. <http://bit.ly/193WyKq>

9 Glenn Greenwald, Roberto Kaz e José Casado. Espionagem dos EUA se espalhou pela América Latina <http://oglobo.globo.com/mundo/espionagem-dos-eua-se-espalhou-pela-america-latina-8966619#ixzz3XBZYfn7o>

10 Eben Moglen (EUA, 1959) é professor na Universidade Columbia, diretor da Software Freedom Law Center e colaborador da Fundação Para o Software Livre

que devemos a nós mesmos - conclui - deve ser: *se não estamos fazendo nada errado então temos direito à resistência*¹¹

Autonomia e soberania tecnológicas

Ainda que o poder trate de controlar ou influenciar os fluxos de informação em rede com o fim de consolidar sua própria posição de poder, milhões de pessoas estão envolvidas na criação de espaços abertos, transparentes e livres defendendo o valor do que é público.

Trata-se de refazer a rede a partir de interesses em comum com tecnologias que permitam a quem usá-las livrar-se da sua dependência de provedores comerciais e da perseguição policial generalizada. Servidores autônomos, redes descentralizadas, ligações entre pares, compartilhamentos de saberes, locais de encontro e trabalho cooperativo¹².

Recuperar o valor da privacidade:

- a) Exigindo o sigilo do conteúdo que transmitimos e o anonimato de quem envia e recebe mensagens, ou durante nossas buscas na Internet. Para garantir isso é imprescindível a encriptação tanto no momento da transmissão como no momento do armazenamento de dados locais.
- b) Tomando consciência do valor de nossa identidade eletrônica e seu impacto em nossas vidas cotidianas evitando entregá-las às grandes multinacionais. Quando estamos utilizando Facebook ou Google estamos trabalhando gratuitamente para os serviços de inteligência, denuncia Julian Assange, fundador do WikiLeaks: *“As pessoas simplesmente estão fazendo bilhões de trabalhos gratuitos para CIA, ao colocar na rede todos os seus amigos, suas relações com eles, relatando o que estão fazendo”*. A tecnologia está sendo desenvolvida em

favor da vigilância em massa e da informação vendida¹³.

“No terreno alimentar os grupos de autoconsumo se auto-organizam para ter seus provedores diretamente, então porque as pessoas não se auto-organizam com seus provedores tecnológicos, comprando diretamente o suporte técnico de que precisa em sua vida, como com as cenouras?” destaca Alex Haché desenvolvendo o conceito de Soberania Tecnológica¹⁴.

São imprescindíveis hardware e software livres, para permitir que qualquer um possa examinar o código fonte aberto.

E a descentralização de infraestruturas físicas para fazê-las menos vulneráveis à vigilância. Também sua localização. O fato de que quase todas as conexões de Internet passem por cabos de fibra óptica que atravessam os EUA tem facilitado o roubo massivo de informações. São necessárias alianças industriais para criação de infraestrutura física alternativa e iniciativas como a do Brasil que já anunciou a implantação de seu próprio cabo entre Fortaleza e Lisboa. A instalação, cujo término é esperado para 2016, tem como objetivo evitar que as informações fiquem expostas a ataques no território dos EUA¹⁵.

Impõem-se a criação de um marco jurídico que seja vinculante para os estados e que estabeleça a Internet como um campo inviolável. A cidadania tem de exigí-lo, pois tem direito de estar protegida. ☞

Tradução: Bethania Santos Pereira
(Coletivo Chasqui)

Revisão: Vitor Taveira (Coletivo Chasqui)

11 Privacy under attack; the NSA files revealed new threats to democracy. <http://bit.ly/1opgqjr>

12 Alex Haché. Soberania tecnológica

13 Julian Assange: Facebook y Google son un increíble instrumento de control masivo <http://bit.ly/1Gpp5Jd>

14 Alex Haché. Soberania tecnológica.

15 Brasil desplegará su propio cable submarino de Internet para evitar “pinchazos” de la NSA <http://bit.ly/1CzeJlq>

Desafios Técnicos e Políticos para uma Internet segura

ALAI

A sociedade humana está na “infância” de nosso futuro digital. Quanto mais nossas atividades incorporam o aspecto digital, a divisão entre os domínios físicos e virtuais se tornam cada vez mais nublados. Como esse futuro digital é administrado, sob quais critérios e prioridades a tecnologia é desenvolvida, e quais políticas públicas serão implementadas, vão em grande medida determinar a forma do futuro e suas implicações para a segurança, direitos humanos e justiça social.

Nossa “infância” é promissora em muitos aspectos e também muito encantadora, mas um lado ruim do que o futuro pode ser está emergindo: insegurança, monitoramento invasivo, perda de privacidade, concentração da riqueza, controle centralizado e poder de manipulação... e a lista está crescendo.

A expansão onipresente dessas tecnologias significa que essas questões estão se tornando muito importantes para simplesmente deixar os especialistas decidirem suas soluções, seja no nível da política ou da técnica.

Entretanto, para a grande maioria dos cidadãos, o esforço para entender o que podemos fazer tanto para aumentar a nossa segurança e privacidade quanto para influenciar o desenvolvimento da nova era digital parece um tanto assustador. As revelações de Edward Snowden abalaram nossa fé nos gigantes da tecnologia e a confiança na segurança dos softwares, hardwares, apps e serviços que eles proveem, mas também nos deixou com o sentimento de maior impotência para saber o que

fazer para mudar essa tendência e até como protestar.

Duas das tendências técnicas contemporâneas mais preocupantes são a insegurança tecnológica e a “Internet das coisas” **de acordo com Ola Bini**, investigador sueco sobre segurança, privacidade e anonimato, que trabalha para a companhia de software Thoughtworks e que conversou com a ALAI em Quito sobre esses desafios. “A Internet é construída em bases que são muito inseguras”, ele afirma. “Por exemplo, para se conectar a bancos e outros websites seguros, nós estamos usando formas de comunicação que não são tão seguras quanto deveriam ser». Ataques de alto perfil, como roubar números de cartão de crédito, estão crescendo.

A segunda grande questão é a proliferação de dispositivos conectados, o que é conhecido como «a Internet das coisas»; por exemplo as «casas inteligentes», onde dispositivos como controles para alarme de incêndio, aquecimento e luzes estão conectados na Internet e entre si, para que assim você possa controlá-los via controle remoto. «Isso soa fantástico até você perceber que da forma como as coisas são construídas hoje não há nenhuma segurança», Bini lamenta. Citamos os exemplos recentes de erros na atualização de sistema que deixaram diversas casas sem aquecimento ou iluminação; ou um hotel de luxo na China que tinha Ipads para todos os hóspedes controlarem os parâmetros do quarto, até ser descoberto que se poderia controlar o parâmetro de qualquer quarto do hotel.

«Mas são os carros que me assustam mais», comenta Bini, «porque eles são agora computadores sob rodas. Um carro típico tem centenas de pequenos computadores nele, com mais de 500 milhões de linhas de código. Na indústria do software nós sabemos que em um código-base de 500 milhões de linhas de código podemos esperar pelo menos 5 milhões de erros. Isso em um quadro conservador». A maioria deles pode não ser problemático, mas mesmo 10 erros que possam causar um acidente de carro já é realmente assustador, e até mais, ele acrescenta, quando outras pessoas podem utilizar disso para atacar o seu carro.

Centralização e balcanização

Pelo lado político, o pesquisador sobre segurança está preocupado principalmente com a tendência cada vez crescente de centralização, mas também de “balcanização” da Internet. “Ambas tendências reforçam as atuais estruturas econômicas, o que significa que os EUA possuem um poder incontrolável sobre o que acontece na Internet hoje em dia. E ainda que a Internet seja construída de uma maneira que poderia ser descentralizada em todo o planeta, na realidade não é esse o caso; a Internet é centralizada, e os EUA possuem um poder completo sobre basicamente tudo que acontece”.

Sobre a balcanização, Ola Bini aponta dois aspectos. “O primeiro é o que está acontecendo como resposta para a centralização dos EUA e também devido às revelações do Snowden, devido a isso países como Brasil e Rússia estão em diferentes estágios de introduzir uma legislação que requer que os centros de dados estejam fisicamente localizados no país onde os dados são armazenados para aquele usuário”. Isso pode significar que companhias como Facebook terão que armazenar informações dos usuários russos em um computador na Rússia. O Facebook pode ter os recursos para instalar seus próprios centros de dados, até em um grande número de países; mas se muitos países adotarem uma legislação similar, uma startup pequena vai ter muitas

dificuldades para criar aplicativos que possam ser usados em mais de um país. “Então o problema é que isso não funciona, e na verdade pode fazer a centralização ainda pior”, ele acrescenta. Como um exemplo mais extremo, “o Brasil tem falado em criar uma Internet separada em que a maioria dos serviços que usamos hoje sejam serviços brasileiros. Mas através de uma perspectiva puramente econômica, é muito difícil duplicar todos os serviços existentes na Internet”, então isso pode criar desvantagens para os brasileiros.

O investigador sobre segurança considera que a Internet na sua melhor forma deveria permitir às pessoas ao redor do mundo se conectar e prover serviços umas às outras, não interessando onde estão localizadas, e fazer isso de maneira descentralizada onde nenhum país possa impedir que tudo isso ocorra. Mas o caminho atual para a centralização e balcanização está indo exatamente para a direção oposta.

Dada essa situação, perguntamos a Ola Bini que tipo de inovações ou políticas poderiam ajudar-nos a alcançar uma internet mais descentralizada. “Há muitas coisas que podemos fazer”, responde. “Um exemplo é a neutralidade da rede, o que é uma solução a curto prazo. No longo prazo precisaremos de soluções técnicas que façam com que a neutralidade na rede seja irrelevante. Mas no a curto prazo nós necessitamos certificarmos de que uma companhia não possa comprar um serviço preferencial”. Tanto os EUA quanto em vários países da América Latina estão introduzindo medidas sobre a neutralidade da rede que vão obrigar os ISP a tratar todo o tráfego de dados na Internet igualmente, sem maior rapidez daqueles que pagam por isso.

Um outro ponto diz respeito à legislação sobre retenção de dados, que tem mais relação com a segurança. Muitos países estão obrigando os provedores de serviço de Internet (ISP em inglês) a manter os dados (quer dizer, os metadados sobre com quem estamos falando), por um período entre 6 e 24 meses. Isso é caro para o ISP, o que coloca em desvantagem os provedo-

res pequenos; e eles podem ser requisitados de disponibilizar esses dados para serviços de inteligência. “Em comparação com a neutralidade na rede, a luta sobre a retenção de dados está indo no caminho errado», afirma Bini.

No nível da aplicabilidade, ele considera que a inovação mais importante que precisamos é uma maior descentralização de serviços. “Nós necessitamos incentivar alternativas ao Facebook que está atualmente espalhado por todo o planeta, para que os dados estejam mais perto de você do que do Facebook”. No nível físico, o mapa de conectividade de cabos submarinos e o fluxo de tráfego demonstram pela sua topologia que são bastante centrados nos EUA, o que também torna mais barato o uso da Internet pelos EUA. Ao contrário do que se pode esperar, muito do tráfego nacional na América Latina é roteado através de Miami e retorna ao país. Isso requer mudanças na infraestrutura física: “Necessitamos ter tubos mais fortes e maiores entre outros países, entre os países do Sul, assim pode-se fazer o roteamento sem ter que passar pelo Norte».

Nós apontamos que um dos obstáculos para a descentralização é o chamado efeito de rede, onde a maioria dos usuários se direcionam para o serviço mais popular, o que contribui para uma maior centralização. Ola Bini reconhece que isso é algo difícil de se reagir. “Isso significa que estou usando Skype porque meus pais estão usando Skype e estou usando Facebook porque todos meus amigos na Suécia estão usando Facebook”. De qualquer forma, ele considera possível construir aplicativos que funcionem da mesma maneira que o Facebook, mas «sem ter todos os dados concentrados nos servidores do Facebook». Poderia ter uma funcionalidade similar, com a exceção que os dados pessoais seriam armazenados próximo ao usuário, sob o seu controle, talvez até no seu próprio dispositivo, eles poderiam decidir que dados eles querem expor, por assim dizer, ao Facebook, e poderia continuar tendo acesso aos seus amigos. Facebook poderia rodar algoritmos neles, mas o mais importante, não pertenceria ao Facebook.

O problema, de acordo com Bini, é que, ainda que seja possível construir esse tipo de sistema descentralizado, «não há incentivos econômicos para fazer isso, em grande parte porque a Internet é movida por anúncios». Ele espera que em algumas décadas, pessoas olhem para a atual Internet movida por anúncios e pensem nisso como a idade das trevas, porque «quando uma companhia é financiada por anúncios, isso significa que você não é um usuário, mas sim um produto». Sendo assim, tanto para o Google quanto para o Facebook o real incentivo para prover bons serviços não é o usuário, mas a rede de anunciantes. «Enquanto isso estiver ocorrendo, vai ser bem difícil desalojar esses modelos centralizados porque eles são baseados na ideia de que, para vender anúncios que são mais adequados a você, eles vão ter que usar mais e mais informações pessoais para fazer isso acontecer». Então, ele diz, as alternativas serão voltarmos a pagar pelos serviços, ou talvez ter um modelo onde o governo disponha esse tipo de serviço como um serviço público.

Soluções tecnológicas e políticas.

Um dos debates em curso na comunidade tecnológica é sobre os problemas que podem ou não serem solucionados pela arquitetura tecnológica, e o que pode ou não ser solucionado através de políticas públicas. Bini concorda que é complexo. “Muitas destas coisas, especialmente quando trata de topografia e vigilância da Internet, que são questões conectadas, precisam ser solucionadas através da técnica, com políticas públicas para dar suporte a muitas dessas inovações”. Ele cita o exemplo da neutralidade da rede, onde regulações são necessárias em curto prazo, mas em longo prazo ele considera a necessidade de uma Internet que seja tecnicamente impossível de diferenciar que tipo de tráfego está sendo transmitido, de modo que seja impossível tratar um tipo de tráfego de maneira preferencial. Outra dificuldade que ele menciona é que a pressão do mercado e de outros atores sociais levam as pessoas, companhias e organizações a fazer o que seja tecnicamente possível, independente de ser legal ou não.

Nós perguntamos como, dado a presente ausência de incentivos econômicos e de mercado para a mudança na tecnologia, será possível dar aos usuários maior segurança e serviços descentralizados, se não por legislação e regulamentação. O investigador admite que é uma questão difícil; de fato, ele diz, enquanto muitos produtos novos estão sendo lançados clamando a sua segurança - na era pós-Snowden, muitas companhias estão achando nisso uma boa propaganda - a segurança real que eles oferecem varia muito de um produto ao outro, muitos dos supostos aplicativos de mensagem «seguros» que estão saindo não são seguros de maneira nenhuma. A solução, ele pensa, seria organizações ou companhias que realmente querem mudar o status quo construir soluções que criem uma boa experiência ao usuário, e então introduzir a segurança e descentralização como parte disso. «Eu não vejo outra maneira de gerar entendimento do público para esse tipo de solução», ele acrescenta, ainda que admite que não vai ser fácil; de qualquer modo, há pessoas que já estão trabalhando nessas solu-

ções. «Eu espero que sejamos bem sucedidos, mas não é impossível que venhamos a fracassar e o futuro seja uma Internet muito centrada nos EUA, movida por anúncios, com vigilância total, regida pelas corporações e totalitária. E por extensão, assim será o mundo todo, já que a Internet está se tornando parte da nossa vida natural».

Enquanto isso, há alguns passos muito simples que usuários comuns podem fazer para melhorar sua privacidade e segurança (veja o quadro). «É muito importante não desistir», insiste Bini. «Essa é uma situação sinistra, mas podemos enfrentá-la. É importante não desesperar-se e se educar. Nós necessitamos de mais pessoas entendendo essas questões, pensando sobre e alertas». Ele conclui. ☞

Tradução: João Gabriel Almeida
(Coletivo Chasqui)
Revisão: Vitor Taveira
(Coletivo Chasqui)

Dicas para um uso seguro da Internet.

“Nada pode fazer você ficar 100% seguro na Internet”, admite Ola Bini, mas para a maioria das pessoas as medidas a seguir podem significar um bom avanço neste sentido. Elas podem não protegê-lo contra a NSA, mas irão contra os tipos de riscos mais comuns (a maioria das extensões recomendadas, uma vez instaladas, rodam sozinhas e não se precisa aprender a usá-las).

- 1) Para usuários de Windows, passe a usar o Firefox.
- 2) Instale as extensões NoScript e Adblock no Firefox. No Script torna possível controlar o que as webpages fazem com você. Adblock bloqueia o carregamento da maioria dos anúncios.
- 3) O plugin Privacy Badger interrompe a maioria dos vazamentos de privacidade cotidianos.
- 4) Tome cuidado com as senhas. 8 ou 9 letras e números difíceis de lembrar não é uma boa senha. É melhor usar uma “frase-chave”, como por exemplo um verso de música de 5 ou 6 pa-

lavras. É a mais fácil de lembrar e mais difícil para um computador craquear.

- 5) Use um gerenciador de senhas, como 1password, LastPass ou KeePass, que guarda suas senhas para você (assim você só tem que lembrar de uma). Isso torna mais fácil utilizar diferentes senhas para diferentes websites e aumenta a segurança.
- 6) Instale o plugin Https Everywhere (para Firefox ou Chrome), que garante a utilização do sistema de segurança do https em todos os websites que o suportam. Assim a maioria do seu tráfego na Internet será dispersado, então não poderá ser interceptado.

Em um nível mais complexo, usuários que necessitam maior segurança podem utilizar o TOR (para uso de navegadores anônimos) ou criptografia para e-mails e mensagens, mas eles continuam difíceis de aprender a usar corretamente, particularmente a criptografia, sendo recomendável aprendê-los com ajuda técnica qualificada.

Faça ciberpaz, não ciberguerra!

Prabir Purkayastha

As armas cibernéticas não são mais coisa de ficção científica. Elas são bastante reais, como também sua ameaça ao nosso mundo interconectado. Esta ameaça certamente irá crescer no futuro próximo, com a Internet das coisas¹, quando todos os nossos dispositivos serão inteligentes e serão conectados à Internet. Se quisermos impedir que a Internet seja militarizada, temos de começar a falar sobre o que os Estados-nação devem ou não devem fazer. E isso significa um pacto internacional a par com o que o mundo acordou com as armas biológicas e químicas, e conseguiu com as armas nucleares.

Aqui estão duas questões interligadas que enfrentamos: Será que vamos reconhecer o perigo que representa o ciberespaço militarizado e enfrentaremos isso diretamente? Ou será que vamos permitir que se continue a construir um mundo no qual alguns países, pelo seu poder ofensivo, alcancem um estado de dissuasão mútua, como já aconteceu conosco, com as armas nucleares, e que sempre nos deixa à beira de uma situação descontrolada que pode explodir a qualquer momento? A não-proliferação não é desarmar, como estamos aprendendo às nossas custas.

Nossa infraestrutura vital em perigo

Hoje, um Estado-nação pode ser capaz de atacar os computadores que controlam a infra-

estrutura crítica de um outro país, causando uma falha catastrófica. Consideremos o caso de um reator nuclear. O seu núcleo é controlado por computadores integrados que fazem parte de um sistema de controle do complexo. Se o sistema de controle é conhecido, é possível “contaminar” o sistema de forma a causar-lhe problemas, causando até mesmo um colapso. Depois de Fukushima, alguém pode duvidar de que isso seria um ato de guerra, junto com um ataque físico no reator nuclear?

A rede de energia elétrica, o controle de fábricas perigosas, as redes de telecomunicações, os controles de tráfego aéreo, incluindo aeronaves em voo, são operados por programas de software e computadores. Com a internet das coisas, até mesmo uma simples máquina de lavar roupa terá um sistema operacional controlada por computadores e estará conectada à internet. Se os países se propõe jogar com este tipo de software e computadores, um novo campo de guerra está aberto, com consequências incalculáveis.

No terreno do enriquecimento de combustível nuclear em Natanz, no Irã, EUA e Israel implantaram o vírus Stuxnet para atacar os controladores das centrífugas da Siemens causando danos físicos aos equipamentos. Mesmo quando uma equipe ou país específico é o alvo, o Stuxnet tem mostrado que estes vírus podem escapar e se espalhar, constituindo uma ameaça para outras equipes e países. O vírus Stuxnet infectou milhares de equipamentos na Indonésia, Índia e outros países, e facilmente poderia ter afetado outros controladores Siemens em equipamentos críticos nestes países.

Prabir Purkayastha é co-coordenador da “Just Coalition Net” e participa no movimento de Software Livre da Índia.



O ataque ao Irã - com a senha “Jogos Olímpicos” - não só foi direcionado às centrífugas, mas também aos equipamentos que armazenam dados da indústria do petróleo, usando um vírus (flame) que parece ser da mesma família como Stuxnet.

Houve ataques ao Irã, por fontes norte-americanas, que apagaram dados de dois terços dos computadores Armco na Arábia Saudita. Ataques semelhantes têm como alvo o sistema bancário dos EUA. O Intercept publicou um documento da NSA¹, considerando que esses ataques são a resposta do Irã aos ataques que ocorreram em Natanz e em sua infraestrutura informacional petrolífera. Em outras palavras, o Irã respondeu com sua própria versão do vírus “Jogos Olímpicos”.

O vírus Stuxnet é o primeiro caso conhecido da utilização de um vírus de computador para destruir ou danificar as máquinas físicas. Aqueles que seguem estas questões reconhecem que é a primeira vez que um país atravessou este limiar. Foi a travessia do Rubicão em ataques cibernéticos.

No contexto da utilização do Stuxnet contra o Irã, muitos especialistas ocidentais têm ar-

gumentado que o uso de vírus de computador para paralisar uma usina de enriquecimento de combustível nuclear é melhor do que o bombardeio direto. A questão aqui não é qual ação é a melhor (e, claro, para quem), mas se é ou não é um ato de guerra. Existe uma diferença entre o bombardeio de uma instalação e os danos físicos com um vírus?

Os EUA e os parceiros dos Cinco Olhos¹ inseriram 50.000 programas de software malicioso, também chamados de computador de explorações de rede (CNE), explorações de redes informáticas, nas redes de quase todos os países do mundo. Trata-se de “bombas lógicas”, que, quando ativadas, podem quebrar essas redes. Eles também infiltraram armas no backbone da Internet³.

O que é o ciberespaço e o que é ciberguerra?

Como demonstrado pelo exemplo do Irã, estamos nos primeiros estágios da guerra cibernética. Bruce Schneier, o reitor da cibersegurança, disse¹: «Estamos nos primeiros anos de uma corrida armamentista de ciberguerra, é caro, é destabilizador e ameaça o próprio tecido da Internet que usamos todos os dias.

AMERICA LATINA *en movimiento*

Internet, poder y democracia

No. 494, abril de 2014

Sally Burch, Julian Assange, Michael Gurstein, Robert McChesney, Prabir Purkayastha, Alex Gakuru, Norbert Bollow, Richard Hill, Bia Barbosa y Pedro Ekman.



A adoção dos tratados sobre ciberguerra, mesmo imperfeitos, seriam a única maneira de conter a ameaça «.

O problema crucial para o desarmamento na Internet é a convicção de que os EUA estão à frente de seus rivais, e então qualquer pacto de desarmamento equivaleria ao desarmamento unilateral. Como resultado, os EUA rejeitaram as propostas da Rússia e da China de desmilitarização da Internet, na ONU e em outras plataformas; as diluiu ao ponto de torná-las praticamente inúteis. E enquanto recentemente fez algumas concessões, como evidencia o relatório do Grupo de Peritos Governamentais para a 68ª Sessão da Assembleia Geral -, infelizmente, elas ficam aquém. Tudo o que conseguiram foi a criação de um novo grupo de peritos governamentais.

Quase todos os sistemas no mundo que hoje em dia controlam a infraestrutura física vital estão ligados à internet de alguma forma. Eles podem ser ligados através de redes internas que são aparentemente isoladas da internet, mas na realidade, são dispositivos comuns que rompem esse isolamento. Em teoria, se tem firewalls que protegem esse tipo de redes internas e sistemas de controle. Na prática, este

tipo de firewalls de segurança pode ser facilmente violado. O ciberespaço é a totalidade de todas as redes e dispositivos que estão interligados.

A guerra cibernética consiste em ataques ao ciberespaço que atravessam um determinado limite. Uma abordagem para definir a ciberguerra seria em termos de dano físico que um ataque cibernético poderia causar no mundo real. O ataque por um Estado contra outro, utiliza-se o software ou código destinado a impedir o funcionamento (ou o mal uso) de uma rede de computadores essencial e, assim, danificar a infraestrutura crítica, ou causar danos físicos à propriedade ou às pessoas, até mesmo a perda de vida. Nesta definição, a ciberguerra envolve sempre um ator estatal, não é o trabalho de um grupo ou um indivíduo.

Esta abordagem tem o mérito de definir guerra cibernética como um ato de guerra, de uma maneira similar à definição de um ato de guerra na base de direito internacional. Para ser considerado guerra cibernética, as ações devem ser em uma escala que constitui uso da força (ou a ameaça de uso da força), como previsto no artigo 2(4) da Carta da ONU. Outras abordagens pretendem incluir também



AMERICA LATINA *en movimiento*

América Latina: Cuestiones de fondo

No. 500, diciembre 2014

Oswaldo León, Monica Bruckmann, Oscar Ugarteche,
Ana Esther Ceceña, Sally Burch, Raúl Zibechi, Frei
Betto, Emir Sader, Irene León, João Pedro Stedile,
Eduardo Tamayo G., Julio Fermín

danos ao sistema computacional e às informações, como a guerra cibernética, o que exigiria uma extensão da atual definição de guerra. Há também o problema de definir o que constitui um limite: a partir de que ponto nós podemos descrever a perda de sistemas de informação como um ato de guerra? Depois de tudo, a perda de informação ocorre por uma série de razões, apenas algumas são maliciosas.

Podemos definir o que constitui a guerra no ciberespaço, que permita chegar a um acordo internacional que estabeleça que a ciberguerra, ou qualquer ataque que resulte em danos físicos ou perda de vidas, é doravante ilegal. É importante notar que o direito internacional atual não considera todos os atos de guerra como ilegal. Com limites relativamente estreitos, limita a base legal para a guerra, seja a legítima defesa de um país, ou com base numa resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Excluir a guerra cibernética como uma «forma de guerra permitida» sob a lei internacional seria um grande passo em frente.

A outra opção seria a de proibir armas cibernéticas, com o compromisso, por meio de um acordo internacional que tais armas não serão desenvolvidas ou utilizadas por nenhum país. A proibição de armas cibernéticas seria semelhante à proibição de armas biológicas e químicas. Estou convencido de que dada a nossa rápida transição para um mundo mais interligado, é preciso ir além da proibição de guerra cibernética; também temos de proibir as armas cibernéticas. O desenvolvimento de tais armas é uma ameaça ao nosso futuro. Enquanto armas cibernéticas não são ilegais, existirá a motivação para desenvolvê-las como uma espécie de impedimento. Além disso, irá persistir a motivação perversa de enfraquecer a segurança das redes e dispositivos.

As recentes revelações de Snowden e outros mostraram que os EUA têm consistentemente

enfraquecido a segurança de várias maneiras. A falta de segurança foi proposadamente incorporada em software dos controladores dos dispositivos, em vários protocolos, e até mesmo em padrões de criptografia. As agências de inteligência dos Estados Unidos criaram em colaboração com os principais fabricantes de hardware e software. Embora isso possa ter ajudado a NSA e outras agências de inteligência para vigilância orientada, o perigo é que criaram sistemas muito menos seguros para nós. Ao enfraquecer os sistemas, a NSA e seus aliados nos tornaram alvos mais fáceis para os softwares maliciosos.

É claro que as capacidades ofensivas são muito mais fáceis de construir do que as defensivas. Para conseguir uma ação ofensiva, basta ter sucesso uma vez; para a defesa, você deve ter sucesso o tempo todo. Daí a defesa requer a colaboração global. Este é o ponto de diferença com os Jogos Olímpicos: não há vencedores ou perdedores individuais. Somente se ganha quando todo mundo ganha também.

Precisamos de uma mudança de mentalidade, temos de projetar dispositivos e redes para fins defensivos. Precisamos construir a segurança no DNA de todas as comunicações. Isso significa uma mudança de visão de todas as partes interessadas, incluindo o ator predominante- os EUA. Precisamos construir defesas fortes, e não enfraquecê-las, se queremos alcançar a ciber-paz e, não a ciberguerra. <<

Agradecimentos

1) Este artigo utilizou como fonte, “Apuntes sobre la necesidad de un tratado de cyberpaz” Just Coalition Net, junho de 2014, disponível em <http://www.alainet.org/es/active/74562>.

2) Gostaria de agradecer a contribuição de Rishab Bailey, que fez grande parte da pesquisa para este artigo.

Tradução: Kassia Marques (Coletivo Chasqui)
Revisão: Vitor Taveira (Coletivo Chasqui)

Rumo a terras mais livres na internet

María del Pilar Sáenz

As empresas prestadoras de serviço de internet na América Latina estão aumentando as ofertas de planos que incluem acesso a alguns aplicativos populares de forma gratuita ou que não implicam o consumo do plano de dados. O *zero rating* chegou à região e nem todos estão contentes.

[Zero rating](#) é uma prática bastante criticada por entrar em conflito com o princípio de neutralidade da rede, que faz parte das garantias de manter a Internet livre e aberta. Em geral, as ofertas tem como finalidade aumentar o número de usuários de internet com promoções que atraiam um setor bem específico do mercado: o das pessoas que não têm muita experiência com a tecnologia e, portanto, conhecem apenas os serviços mais populares e os utilizam para interagir com ferramentas de *social media* com menor custo possível.

Na prática, quando não se garante o acesso em igualdade de condições a toda a internet, começam a aparecer problemas como a criação de “[jardins murados](#)” (da expressão em inglês “*walled gardens*”) ou espaços virtuais onde as empresas tem o controle dos aplicativos ou do conteúdo disponível e tem a capacidade de restringi-los. Os “jardines vallados” impossibilitam que os usuários acedam a toda a informação disponível, o que gera uma perda na capacidade de tomar decisões.

María del Pilar Sáenz é física de profissão, ativista por vocação. Incentivadora do uso de softwares livres, das tecnologias abertas e da cultura livre. Trabalha na Fundação Karisma e faz parte do RedPaTodos e do Hackbo. [@mapisaro](#)

Também surgem problemas de concorrência. Se alguém tomar decisões sobre quais programas, aplicativos e/ou recursos estão disponíveis, outros ficarão de fora, incluindo competidores diretos e novas propostas que não terão como chegar a potenciais usuários.

Um terceiro problemas é o choque cultural. Nos últimos trinta anos, vem crescendo uma série de culturas em torno da rede, que tem lutado por mantê-la livre e aberta. Um desses exemplos é a “cultura hacker”, baseada nos princípios da [ética hacker](#): uma série de valores que englobam o livre acesso ao conhecimento e à acessibilidade. O trabalho dessas comunidades está na base da Internet e de todas as empresas que se nutrem deste ecossistema. Sem o acesso livre, este ciclo corre o risco de se romper e, no lugar de pessoas curiosas e ativas, capazes de inovar, veremos cada vez mais simples consumidores que não [diferenciam Facebook de Internet](#).

Um dos primeiros países do qual temos informações sobre o impacto dos planos *zero rating* é o Paraguai, onde Tigo, em aliança com Facebook, oferece há mais de um ano um plano de Facebook gratuito. Desta aliança com Facebook comentou Mark Zuckerberg, em fevereiro de 2014, durante o [Mobile World Congress 2014](#) em Barcelona: “ No Paraguai estamos trabalhando com Tigo, e eles também viram que o número de pessoas usando dados da Internet cresceu em torno de 50% durante o período da associação”.

Em 2015, o caso ícone para a região é o da [Colômbia](#), onde o Facebook, em associação com o governo do presidente Juan Manuel Santos

e, novamente, através de acordo com a Tigo, orquestrou a primeira implementação na região do programa Internet.org. Segundo a informação da sua página web, Internet.org é uma iniciativa promovida pelo Facebook que “ agrega líderes em tecnologia, organizações sem fim lucrativos e comunidades locais para conectar a dois terços da população mundial que não tem acesso à Internet”.

Na Colômbia, Internet.org oferece o acesso gratuito a 16 sítios da web: [1doc3](#), [24 Symbols](#), [AccuWeather](#), [Agronet](#), [BabyCenter & MAMA](#), [Facebook](#), [Girl Effect](#), [Instituto Colombiano para la Evaluación de la Educación](#), [Messenger](#), [Mitula](#), [Para la Vida](#), [Su Dinero](#), [Tambero.com](#), [UNICEF](#), [Wikipedia](#) e [YoAprendo](#). O lançamento do projeto contou com a presença do criador do facebook. Vale ressaltar que se tratava de dar acesso a vários aplicativos: os informativos da imprensa do governo e os grandes meios de comunicação anunciaram esta iniciativa como um modo de oferecer acesso à Internet.

Depois de algumas semanas, no Mobile World Congress 2015 em Barcelona, [Zuckerberg dizia](#) que “50% dos usuários de dados na Colômbia tem se beneficiado com o Internet.org”. Não existem números oficiais que permitam contestar esta afirmação. Sendo assim, isso significa então que neste momento a metade dos usuários de dados na Colômbia não estão acessando à Internet, mas a uma versão limitada e turva da rede através do Internet.org.

Não sabemos quais são os países que abrigam o Internet.org como parte de suas políticas de Estado. Apesar de [Zuckerberg ter adiantado ações com o governo Mexicano em setembro](#)

[de 2014](#), até a presente data não existe nenhum tipo de anúncio oficial. De qualquer maneira, em março deste ano se comentou que para 2015 [dois novos países latinoamericanos entrarão no Internet.org](#).

O que existe neste momento é uma proliferação de planos e ofertas que incluem acessos gratuitos a alguns serviços. No Peru há ofertas de [WhatsApp gratuito](#) através da Claro. No México, a Telcel manteve uma promoção de [WhatsApp gratuito](#) de agosto a dezembro de 2014 e agora é a Movistar quem oferece um plano que diferencia o acesso a redes sociais (Facebook, Twitter, WhatsApp) e a e-mails do resto da Internet. No Paraguai, [Tigo](#) mantém a promoção de Facebook e WhatsApp gratuitos. Na Colômbia, além do Internet.org, as operadoras também oferecem WhatsApp grátis.

Como já foi dito, estes planos, promoções e implantações baseados em práticas de *zero rating* geram diversos conflitos com a neutralidade da rede. Por isso, para os defensores destes modelos, o desenvolvimento de regulações e políticas públicas no entorno da rede poderia representar um obstáculo.

Dos países da região, Chile é o único que se posicionou sobre o tema de forma clara e concisa. A Subsecretaria de Telecomunicações advertiu às empresas de telecomunicações que, na sua interpretação sobre a lei de neutralidade, aquelas ofertas comerciais que asseguram a gratuidade no uso de aplicativos de redes sociais específicas (ou outras), como WhatsApp, Facebook, Twitter, possuem uma característica marcadamente discriminatória ao beneficiar uma aplicação específica em detrimento da concorrência.



Assim, a única maneira das operadoras chilenas oferecerem planos de *zero rating* é se a gratuidade se aplicar a todos os fornecedores da mesma classe de serviço. Isto supõe que se uma operadora no Chile quer oferecer WhatsApp grátis também deverá oferecer Telegram, Line, Viper e qualquer outro aplicativo semelhante.

Os demais países ainda não se pronunciaram. No caso colombiano, a neutralidade da rede admite na teoria a segmentação de mercado. Na interpretação feita pelo organismo de controle, ou seja, a Comissão de Regulamentação das Comunicações, as operadoras podem oferecer planos sempre que coloquem à disposição de seus usuários uma alternativa ou plano tarifário que não inclua nenhum limitante com respeito aos serviços, conteúdos ou aplicativos que os usuários possam acessar. Uma interpretação da neutralidade da rede que difere bastante da chilena e que supõe que na Colômbia existam planos grátis de “WhatsApp” ou “Internet.org”, ou planos tarifários econômicos para “chat” ou para “redes sociais”, em que a operadora define quais serviços estão incluídos.

No Brasil, ainda está em discussão a regulamentação do Marco Civil da Internet. Espera-se que o tema de *zero rating* faça parte das discussões sobre a neutralidade da rede no país.

Enquanto os debates e deliberações dos países tomam forma e seguem as discussões internacionais sobre o tema em diversos fóruns relacionados à Internet, os protestos que vêm dos próprios usuários não ficam para trás. Escutam-se vozes na região em desacordo com o *zero rating*.

Na Colômbia, Carolina Botero, da Fundação Karisma, disse que “Internet.org não é Internet”. No caso mexicano, se vê com preocupação a inclusão do tema de segmentação de

mercado dentro da discussão de neutralidade da rede na forma da lei da Telecom. São colocadas dúvidas no Brasil sobre a conveniência destes tipos de implementações. Nesse sentido, adverte-se sobre a criação de “castas” na Internet e o que isso supõe em termos de rupturas frente a um processo de inclusão digital.

Ao meu ver, uma das reações mais curiosas é a paraguaia. Na ausência de um marco legal que o limite a resposta tem sido a partir do tecnológico. Um programador paraguaio criou um programa que estabelece um canal que permite uma navegação ilimitada pela Internet a partir do Facebook, aproveitando uma vulnerabilidade no aplicativo do chat dessa rede social. Segundo o programador: “Todos sabemos que a Internet funciona através do acesso a muitos sites, etc. Dessa maneira, penso que esta campanha (Internet.org) é um sério limitante”. Ou seja, seguindo o espírito dos criadores da rede, o programador propõe uma solução prática para que Internet.org não limite o acesso à Internet.

No fundo, sabemos que o objetivo das empresas encabeçadas pelo Facebook e Internet.org não é altruísta. Zuckergerg disse bem claramente este ano em Barcelona: “Ao finalizar queremos mais dinheiro e conectar mais pessoas ao processo”. Pode ser que o tiro saia pela culatra. E, seguindo o caminho paraguaio, conectar mais pessoas fará com que as pessoas das quais ele mais necessita saiam do “jardim murado” criado pelo Internet.org e demais planos de *zero rating* rumo a terras mais livres na Internet. ☞

Artigo publicado inicialmente em Digital Rights - América Latina e Caribe: <http://www.digitalrights-lac.net/es/hacia-tierras-mas-libres-en-internet/>

Tradução: Letícia Marroquin
(Coletivo Chasqui)
Revisão: Sarah Fernandes (Coletivo Chasqui)

Neutralidade de Rede por uma internet igualitária

ParminderJeet Singh

Países em desenvolvimento, incluindo seus grupos politicamente conscientes e mobilizados em outros temas, têm se engajado, até então, apenas em questões acerca do acesso básico à internet, qualidade e largura de banda da conexão. É frequentemente considerado prematuro tratar de questões como arquitetura de rede e governança enquanto muitas pessoas carecem de acesso básico.

Tomando proveito dessa apatia, as teles e as grandes empresas de internet (aquelas que fornecem conteúdo e aplicativos) têm escolhido os países em desenvolvimento para começarem a manipular o design igualitário básico da internet. A proposta é buscar permanentemente oportunidades de geração de renda a partir dessa infraestrutura social, a mais importante hoje em dia.

Facebook e Google fecharam acordos com os Provedores de Acesso à Internet (IPS, na senha em inglês) para permitirem que seus serviços sejam disponibilizados livres de tarifação de dados. Isso leva a um terreno de competição desigual de serviços, inclusive para start-ups ou para organizações sem fins lucrativos, que não têm condições de pagar para que seus serviços também sejam disponibilizados sem tarifação de dados. O Facebook eu um passo além, e trouxe junto um conjunto de diferentes tipos de serviço em um pacote chamado

Internet.com, que é fornecido sem tarifação de dados por acordo com os provedores.

As teles, que são os principais provedores, estão explorando um novo modelo de negócio, fornecendo canais preferenciais - com transmissão mais veloz e de melhor qualidade - para fornecedores de conteúdo que se disponham a pagar por isso, às custas de todo o demais tráfego. Frequentemente, elas simplesmente bloqueiam serviços de comunicação, como Skype e Viber, que competem com serviços de voz fornecidos pelas teles, ou cobram tarifa extra especificamente nesses serviços.

Algumas dessas práticas são comuns nos países em desenvolvimento. Se for permitido que elas se aprofundem, o modelo igualitário básico da internet, de dar status igual para todos os conteúdos e aplicativos, será deformado para sempre. Não se trata apenas de igualdade na nossa esfera comunicativa, tampouco apenas na mídia, o que já são considerações importantes. À medida que a maioria dos setores sociais passa por transformações fundamentais na esteira do paradigma das redes digitais, essas distorções na arquitetura da internet passam a ter grandes implicações sociais, em quão igualitários ou desiguais serão nossos sistemas sociais emergentes.

Neutralidade de rede é um princípio no qual os provedores de internet devem tratar todos os fornecedores de conteúdo, aplicativos e serviços de forma igual, sem priorizar ou preterir qualquer um em detrimento de outros. As teles têm o óbvio interesse de criar canais preferenciais e cobrar mais por eles. Empresas de internet dominantes têm o interesse de

ParminderJeet Singh é membro da IT for Change, ONG indiana que trabalha com a interseção de tecnologias digitais e mudanças sociais, com foco na equidade e justiça social.

alugar esses canais preferenciais, empregando, assim, seu poder econômico para suprimirem a concorrência, que frequentemente vem de start-ups de poucos recursos.

Esse tipo de acordo comercial, embora injusto à primeira vista, é comum na maioria das áreas comerciais. Portanto, é importante entender porque intervenções regulatórias na internet são necessárias, para assegurar que não aconteça nenhuma discriminação por motivações comerciais.

Há muitos pontos de vista sobre a neutralidade de rede, até mesmo sobre o significado desse princípio. É comum ouvir das teles, e das grandes empresas da internet, que a maioria das pessoas acredita ser violadora da neutralidade de rede, se declarar apoiadora incondicional desse princípio. O que querem dizer é que elas não consideram certas discriminações, mesmo que por motivações comerciais, como violações da neutralidade de rede.

O que a neutralidade de rede não é

É importante buscar clareza na definição de tal princípio regulatório. Pode-se começar apontando o que ele não é. Apesar de ser frequentemente entendida e proposta como tal, neutralidade de rede não é um princípio técnico. Tampouco de livre mercado. É verdade que a arquitetura inicial da internet foi construída com a ideia de que os canais por onde trafegam seriam completamente ignorantes, sem capacidade de distinguir os bytes que passam por ela. Toda a inteligência estava na periferia, nas pontas, onde aparelhos transformam os bytes em padrões inteligíveis. No entanto, há, já faz algum tempo, inteligência considerável construída na infraestrutura das redes, capaz de discriminar bytes para diversos propósitos, especialmente para gerenciamento de tráfego, a fim de garantir uma boa experiência de navegação para todos os usuários. Enquanto tal discriminação não é feita com propósitos comerciais, para favorecer a oferta de um Provedor de Internet específico

ou seu padrão comercial, ela não é considerada como uma violação da neutralidade de rede. Como princípio técnico, portanto, esse conceito não se sustenta. O termo é utilizado hoje principalmente como uma intervenção regulatória.

Muitos preferem apresentar a neutralidade de rede como um princípio de livre mercado, defendendo que o mercado deve regular qual conteúdo, aplicativos e serviços serão bem sucedidos ou não. As teles não podem eleger favoritos, e assim interferir no livre mercado. Muito frequentemente, neutralidade de rede é definida como o direito de um usuário (ou consumidor) acessar e usar qualquer conteúdo, aplicativo ou serviço de sua escolha. Mas emerge então a questão: invocar a regulação do Estado para inibir possíveis modelos de negócio para as teles não seria também uma intervenção sobre o livre mercado? A maioria das teles hoje parece preparada para fornecer uma variedade de modelos, incluindo aqueles com neutralidade de rede (sem dúvida, graças à enorme pressão que os defensores da neutralidade de rede têm feito sobre elas), como um conjunto de “opções” para o consumidor. Isso, sem dúvida, pareceria a melhor maneira de defender o livre mercado! Por isso, é difícil defender a neutralidade de rede em nome somente do livre mercado e da liberdade de escolha.

Muito mais que isso, neutralidade de rede trata de oportunidades iguais. Assim como o sistema escolar é uma forma de prover certa igualdade de oportunidade para todas as crianças, neutralidade de rede é basicamente uma tentativa de assegurar oportunidade a vários atores sociais e atividades que empregam a internet para diferentes propósitos. Isso certamente inclui empresas start-ups da internet, cuja necessidade é proposta em nome da garantia de inovações, uma vez que essas certamente não estão entre as classes mais oprimidas da sociedade. Infelizmente é a linguagem do mercado que é geralmente invocada no contexto da neutralidade de rede. Para entender o significado real do princípio da neutralidade, é necessário reivindicar as

ancoragens sociais mais amplas da internet, que podem ser consideradas para criar um campo para a formação e apoio de um leque amplo de atividades e instituições, sendo o mercado apenas mais uma delas. A equidade desse campo, ou melhor, da internet, é importante para que consumidores, produtores e inovadores - os atores do mercado. Mas antes disso, é importante para cidadãos, para a cultura e para a democracia.

Construindo um caso para a neutralidade de rede

Uma base muito melhor para a neutralidade de rede é o princípio do “transportador comum”, oriundo da regulação das telecomunicações. Tem precedente em várias áreas de transporte: rodovias, estradas e serviços postais. Como princípio, um serviço de transporte deve estar igualmente disponível para todo o possível tráfego sobre ele, de maneira não discriminatória. O órgão regulador americano teve, recentemente, de classificar a internet como um serviço de telecomunicações, em lugar da antiga classificação de “serviço de informação”, para ser capaz de aplicar o princípio do transportador comum, e assim chegar a uma regulação de neutralidade de rede. Entretanto, pensadores tradicionais do “transportador comum” frequentemente permitem algum tipo de priorização paga, como bem conhecemos no caso das entregas expressas, frente ao serviço postal comum. Também é comum oferecer diferentes modelos, podendo o destinatário, e não o remetente, pagar pelo envio.

Tal alternativa é a base da controversa prática da “tarifa zero” (rating zero) dos serviços de internet. Neste caso, alguns aplicativos ou serviços são oferecidos aos consumidores sem tarifação de dados, porque o provedor do serviço se oferece para pagar o custo dos dados no lugar do consumidor. Todos os outros serviços são disponibilizados pelos preços normais. É uma oferta de tarifa zero da maior empresa de telecomunicações da Índia que

está causando um grande clamor no país, em defesa da neutralidade de rede. Cerca de cem mil e-mails estão sendo enviados diariamente ao órgão regulador das telecomunicações, para pressionarem nesse sentido, totalizando cerca de um milhão até agora. Respondendo às pressões, a tele em questão tem afirmado que essa política não priorizará nem acelerará nenhum tráfego. O que ela está fazendo é simplesmente reverter o papel do pagador para o tráfego entre consumidor e produtor. Segundo a tele, isso não distorceria o princípio básico da neutralidade de rede, pois não priorizaria nem preteriria o tráfego de ninguém. Ainda não está claro se a nova regulação de neutralidade de rede dos EUA proibiria tais práticas de tarifa-zero. Aparentemente, algo mais além do princípio do “transportador comum” aplicado aos setores de comunicação e transportes é necessário para manter a internet realmente não discriminatória.

Certamente, internet é hoje muito mais que um mero meio de comunicação. Para começar, a internet é universalmente reconhecida como uma nova mídia. Além do princípio do “transportador comum”, a aplicação de alguns princípios de regulação de mídia à internet pode fornecer uma boa base para proteger a promover sua natureza não-discriminatória e pública. A mídia é reconhecida como um setor de tanta importância, que é habitual proibir-lhe vários tipos de discriminação, que podem ser permitidos a serviços comerciais comuns, como também assegurar restrições à verticalização (entre transportador e camadas e conteúdo), limites à propriedade cruzada dos meios, clara separação entre conteúdo editorial e comercial, discriminação positiva para proteger diversidades de vários tipos, e assim por diante. Seria pertinente estender alguns princípios regulatórios da mídia para a internet, e procurar qual o tipo de regulação que melhor serve ao interesse público, e como a internet pode ser realmente neutra e igualitária, assegurando equidade a todos.

A falsa dicotomia entre teles más e empresas de internet boas

Enxergar a internet como mídia nos leva a considerar sua neutralidade e natureza pública em camadas além da infraestrutura ou das telecomunicações. Muitos “entusiastas da internet” argumentam que a regulação é necessária na camada das telecomunicações, mas não em camadas superiores da internet (aplicativos ou conteúdo). A razão principal seria a “tendência ao monopólio” das telecomunicações. Há um certo grau de verdade nessa afirmação, uma vez que os negócios das teles envolvem grandes custos iniciais, assim como declínio acentuado da relação custo/receita, à medida que novos concorrentes entram no mercado. Aqui, podemos chegar a um claro princípio de base de quais decisões regulatórias podem ser feitas: qualquer camada da internet que exiba tendências significativas de monopólio pode precisar regulação para assegurar a neutralidade apropriada para e através de atores e atividades que usem essa camada. Isso é necessário, pois a internet é de tal fundamental importância para as estruturas sociais emergentes, que ela não pode ser deixada inteiramente às forças de mercado. Qualquer regulação à internet precisa tomar como base esse princípio, a fim de servir ao interesse público. É fundamental não cair nessa interpretação simplista, de odiar as teles e adorar as empresas da internet, que frequentemente fazem um discurso popular sobre neutralidade de rede. Sem dúvida, isso é alimentado pela manipulação da percepção pública pelas multinacionais da internet, e tem também algum fator ideológico, assim como base geopolítica, que não cabe tratar neste artigo

As teles, sem dúvida alguma, estão em uma posição de controle, de *gatekeeper*. Elas têm mostrado propensão a agirem de forma oligárquica, com constantes violações da neutralidade de rede, onde forças de mercado não seriam capazes de impedir essas distorções. Neutralidade de rede é, por esse motivo, necessária. Sem neutralidade de rede, muito do

potencial igualitário da internet será perdido, fazendo das estruturas sociais sustentadas digitalmente serem conseqüentemente mais desiguais que as atuais, que já são ruins o suficiente. No entanto, é importante notar que há características monopolistas em outras camadas da internet também, que são igualmente básicas para assegurar um “campo de jogo” digital equitativo. Pode ser necessária regulação apropriada para esses níveis mais elevados da internet, a fim de mantê-los abertos o suficiente e evitar atividade rentista. É muito difícil para as pessoas mudarem seus aplicativos usuais de mídias sociais (Facebook), mensagens (Whatsapp), e trabalho de conhecimento (ferramentas do Google), do que trocaram de provedor de telecomunicação (isso é especialmente verdadeiro em locais onde existe portabilidade de número, como na Índia). Subjacente a isso, há uma narrativa, ofuscada pelo atual debate de neutralidade, que faz diferenciação entre o setor das teles, tidas como exploradoras, e as empresas de internet, tidas como liberais e empreendedoras (sendo as teles as mesmas heroínas da revolução da comunicação móvel nos países em desenvolvimento poucos anos atrás).

Direitos e igualdade

Manter a internet neutra é extremamente importante, uma vez que ela se torna não apenas a infraestrutura, mas a matriz de muita atividade social, de organizações e de instituições. Não seria exagerado dizer que estamos nos movendo rumo a uma sociedade mediada pela internet. Em qualquer sociedade, é a decisão política que determina o que trata como “campo de jogo”, setores ou condições onde certo grau de igualdade deve ser garantido através de políticas ou regulação, ou o que é considerado como áreas de jogo, nas quais as pessoas podem competir e ganhar ou perder recursos. Tradicionalmente, governança, justiça e segurança básica são consideradas “campo de jogo”, assim como educação, saúde e um número crescente do que é considerado direito das pessoas. Se isso é considerado necessário para assegurar que certos serviços

de internet sejam oferecidos igualmente a todos - não apenas como consumidores de serviço, mas também como produtores, distribuidores inovadores, cidadãos, e assim por diante -, é, portanto, uma decisão sócio-política, dependendo de que tipo de sociedade queremos. É tal consideração sócio-política que constitui a base do princípio regulador da neutralidade de rede. Portanto, seria adequado localizar a internet em uma estrutura baseada em direitos, não apenas em direitos negativos, como liberdade de expressão ou privacidade, mas também direitos positivos, como acesso universal e um certo grau de neutralidade básica e igualdade.

Em suma, neutralidade de rede não é nem um princípio técnico, nem algo necessário para garantir livre mercado. É um princípio igualitário aplicado a um alicerce fundamental e determinante de nosso novo sistema social que a internet é. Garantir esse princípio é fundamental, caso queiramos assegurar maior igualdade de nossas sociedades. É necessário preservar e promover a lógica da horizontalidade e igualdade, que faz da internet uma força disruptiva, não apenas na esfera econômica, mas também nas esferas política, social e cultural. É importante restringir as tendências de rápida centralização em tantas áreas que a lógica social em rede causou. Mas para ser capaz de assegurar tudo isso, o princípio de neutralidade de rede, não discriminação e equidade deve ser aplicado com consistência, e meticulosamente a todas as camadas da internet. A luta-chave hoje é sobre a neutralidade na infraestrutura, ou na camada das telecomunicações, frente a camadas superiores dos aplicativos, conteúdo e serviços. No entanto, lutas similares mirando os monopólios, aprisionamentos tecnológicos e estruturas rentistas serão necessárias nessas camadas superiores. Portanto, enquanto é necessário mobilizar forças para lutar pela neutralidade de rede, é importante ter cuidado ao se fazer isso sob a bandeira de Googles ou Facebooks (embora alianças táticas possam certamente ser consideradas). Precisamos nos preparar para o dia em que lutaremos abertamente

pela abertura do Google e do Facebook, para assegurar neutralidade de rede nas camadas que eles monopolizam.

Considerar a neutralidade de rede como um princípio de igualdade social básico também nos ajuda a evitar posições técnicas extremas - como buscar neutralidades estritas de alguns tipos, mesmo quando são claramente contrários ao interesse público. É possível que, de vez em quando, apoiar o interesse público signifique algum tipo de discriminação positiva em favor de alguns aplicativos, conteúdos e serviços. Isso não deve ser considerado violação à neutralidade de rede, da mesma forma que cotas para mulheres em empregos não são consideradas discriminação de gênero. Celulares conectados à internet tornaram-se quase corriqueiros, mesmo em países em desenvolvimento. É bem possível que governos habilitem e promovam canais livres de tarifação para alguns serviços essenciais ao cidadão, que podem incluir a participação em discussões-chave e decisões. Da mesma forma, com a internet próxima de se tornar uma plataforma-chave, se não a principal, para a mídia comunitária, pode ser útil explorar canais comprometidos com rádios/TVs comunitárias locais, possivelmente sem taxação de dados. Tal possibilidade pode ser aplicada pelo órgão regulador das teles através de condicionantes para concessão. Tais medidas, sem dúvida, contribuiriam para uma menor discriminação e maior neutralidade de rede na internet. Elas simplesmente atenuam desigualdades e discriminações que foram construídas nas estruturas sociais em geral. A discriminação positiva da internet onde há interesse público, determinada por meios legítimos, se enquadra na definição de neutralidade que barra qualquer discriminação “por provedores de infraestruturas” em quaisquer tipos de “razões comerciais” entre diferentes aplicativos, conteúdo e serviços. ◀

Tradução: Davi Gentilli (Coletivo Chasqui)
Revisão: Beth Aldana (Coletivo Chasqui)

Nosso site com cara nova

- realidade regional atualizada diariamente
- dinâmicas sociais
- notícias, opinião e análise
- mais de 81 mil documentos catalogados
- busca por tema, autor, data, país, palavra

www.alainet.org



Visibilidade para consolidar reconhecimento e direitos

Dafne Sabanes Plou

Muitas coisas têm acontecido em matéria de desenvolvimento tecnológico e de usos do ciberespaço desde que o movimento de mulheres começou a se apropriar da Internet e das tecnologias da informação e da comunicação. O trabalho em rede que se consolidou na década de 90 conectando organizações de todo o mundo, e os usos estratégicos das tecnologias para ter acesso à informação, elaborar conteúdos e lutar pelos direitos das mulheres, que tomou forma no começo do novo século, fortaleceu rapidamente o movimento mundial de mulheres, proporcionando visibilidade e voz no debate público.

Ao adotar as tecnologias para sua comunicação elas conectaram o ativismo com o trabalho por seus direitos, fazendo conhecer publicamente suas opiniões, artigos e investigações. Também puderam sair do discurso predominante dos meios de comunicação e dos setores conservadores da sociedade utilizando espaços visíveis, redes sociais e mensagens em telefones móveis para desnudar os estereótipos e preconceitos baseados no tempo e nas tradições já superadas pela prática; ao mesmo tempo, mostrar as conquistas alcançadas pelas mulheres que transformaram sua visão e seu exercício da cidadania também na Internet.

Dafne Sabanes Plou é coordenadora regional do programa de direitos das mulheres da Associação para o Progreso das Comunicações (APC)

Entretanto, continuam existindo várias áreas críticas em que as mulheres seguem insistindo para conquistar uma participação plena na sociedade da informação, com igualdade de oportunidade e equidade na possibilidade de ter acesso aos benefícios que resultam destes novos desenvolvimentos.

O que há sobre os direitos das mulheres na Internet?

Uma destas áreas críticas tem a ver com o acesso a uma conectividade de qualidade e a um uso significativo das tecnologias. Ainda existe uma brecha digital de gênero que cria uma barreira importante no acesso à economia baseada na tecnologia. A não ser que as mulheres tenham um acesso equitativo à Internet, perderão oportunidades de trabalho e de obter maiores ingressos, de produzir e vender nos novos mercados que surgem on-line, de acessar a informação, conseguir novos contatos, melhorar seu nível educativo e participar nos processos de tomada de decisões que determinem seu futuro. As mulheres necessitam que se leve em conta as barreiras que são criadas devido ao custo das comunicações na Internet, à falta de infraestrutura que ofereça conectividade de qualidade, às poucas oportunidades para se capacitar, entre outras.

A Internet se converteu num importante espaço para discussão e participação política, em que a conexão entre diferentes atores, movimentos e organizações, tem permitido uma

articulação significativa da sociedade civil e a construção da opinião pública com possibilidade de influenciar nas decisões políticas, nos temas culturais e nos rumos da economia. Os governos e as empresas não podem ignorar sua importância e oferecem serviços de toda índole on-line, como também tomam decisões muitas vezes baseadas na reação do público nas redes sociais. É imprescindível que as mulheres possam participar destas discussões públicas e possam se associar e organizar para trabalhar por seus direitos, exercer sua liberdade de expressão e rechaçar toda discriminação e exclusão.

Os direitos à comunicação, em especial à liberdade de expressão e de informação das mulheres têm se tornado aspectos-chaves para conquista de sua autonomia, tanto pessoal como econômica e para participação nas decisões. Na Internet as mulheres encontram espaços para tornar visíveis suas prioridades, discutir posicionamentos e articular seu próprio discurso, longe da perspectiva dos meios que continuam muitas vezes tratando-as como objetos, vítimas ou como capazes apenas de desempenhar papéis secundários no mundo do trabalho e na economia. Em muitos temas as mulheres já deixaram de não ter voz e, pelo contrário, suas contribuições ao debate público ajudaram a na compreensão de que se pode conviver numa sociedade que respeite a diversidade e aponte a democratizar as relações cotidianas e sociais em todos os âmbitos.

Barreiras

As barreiras que as mulheres devem enfrentar no ciberespaço têm a ver com aquelas que são difíceis de eliminar também no mundo real. Nos últimos anos se vê um aumento da violência contra as mulheres na Internet, não apenas como uma continuação da violência cotidiana e dos jogos de poder exercidos por seus companheiros ou ex-companheiros, mas também em tentativas de censurar, calar vozes, suprimir demandas e provocar o abandono do ativismo pelos direitos das mulheres.

Numa pesquisa realizada pela Associação para o Progresso das Comunicações (APC) em 2013 com ativistas de direitos sexuais, em sua maioria mulheres, 99% das pessoas que responderam reconheceram que a Internet é uma ferramenta crucial para o avanço de seu trabalho por direitos humanos. Entretanto, 51% disseram haver recebido ameaças on-line por seu ativismo. Um terço mencionou intimidação (34%), outro número similar diz haver sofrido bloqueios e filtragem de sites e mensagens (33%) e um percentual um pouco menor (29%) mencionou haver sido censurado. Por conta disso, 27% das pessoas consultadas admitiram haver descontinuado o trabalho que realizava on-line.

Hackeios de contas e sites, agressões de trolls em fóruns e redes sociais, vigilância, acoso e assédio são algumas das condutas violentas que perseguem as ativistas na Internet, nas redes sociais e nos telefones celulares. A destruição da informação, o roubo de bases de dados, o controle on-line das atividades de militantes pelos direitos das mulheres já se converteram em situações denunciadas quase diariamente. Às vezes os trolls são homens misóginos que querem incomodar e destruir, outras vezes a vigilância provém de organizações ou de serviços paragovernamentais que querem terminar com toda oposição ou questionamento ao tratamento de temas que são chave para as mulheres, principalmente os direitos sexuais e reprodutivos.

Já há muitas denúncias na América Latina e Caribe sobre perseguição e acoso de defensoras dos direitos das mulheres que incluem todo tipo de pressão para socavar sua atuação e fazê-las abandonar a militância. Que a pesquisa anterior indique que 2% das ativistas interromperam seu trabalho por conta de agressões sofridas representa uma perda valiosa e um cerceamento ao compromisso político e de dezenas de pessoas. Estes acontecimentos devem ser condenados pelas autoridades e corporações donas das plataformas de comunicação, em especial as redes sociais, que também devem oferecer soluções que corrijam e deem segurança às ativistas para que não abando-

nem seu compromisso e trabalho nos espaços digitais.

O exercício dos direitos à comunicação, também na Internet, é reconhecido como habilitador de outros direitos. Para as mulheres que muitas vezes se veem restringidas a âmbitos fechados, como o lar, a família ou a pequena comunidade, o uso de tecnologias da informação e da comunicação e Internet abre nu-

merosas possibilidades de se informar, tomar decisões e atuar com autonomia, articulando-se para alcançar um cumprimento maior de seus direitos. Sustentar a democratização destes espaços é crucial para que as mulheres continuem avançando. <

Tradução: Vitor Taveira (Coletivo Chasqui)
Revisão: Kássia Marques (Coletivo Chasqui)



Este libro recoge tanto posicionamientos de coordinaciones y organizaciones sociales, como plataformas comunes y normativas legales que están abriendo brecha para que esta conquista se haga realidad, junto con el reconocimiento pleno del Derecho a la Comunicación

Democratizar la palabra **Movimientos convergentes en comunicación**

edición digital en www.alainet.org/publica/democom
edición impresa: América Latina US\$25,00 - Resto Mundo US\$30,00

O desafio democrático na Internet

Norbert Bollow

A noção de “Governança da Internet” é um resultado da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (CMSI), que ocorreu em duas fases, uma em Genebra (2003) e outra em Túnis (2005). Em Túnis, a seguinte “definição geral” foi adotada: “o desenvolvimento e aplicação pelos governos, pelo setor privado e pela sociedade civil, em seus respectivos papéis, de princípios comuns, normas, regras, procedimentos de tomada de decisão e programas que formam a evolução e o uso da Internet”.

Esta “definição geral” consiste em dois aspectos principais: Por um lado, há palavras que dão ao termo “Governança da Internet” seu significado, que é: “o desenvolvimento e aplicação... de princípios compartilhados, normas, regras, procedimentos de tomada de decisões que moldam a evolução e o uso da Internet”.

O outro aspecto é uma afirmação política sobre quem é responsável por esta “Governança da Internet”: “os governos, o setor privado e a sociedade civil, em seus respectivos papéis”. Embora tenha sido afirmado em outra parte dos documentos finais da CMSI que a Governança da Internet deve ser “democrática,

Norbert Bollow trabalha como consultor independente em questões técnicas e resolução de problemas de negócios. Ele também tem sido ativo há muitos anos no movimento Software Livre e Open Source (FOSS) e e na advocacia orientada justiça social mais ampla relacionada com a Internet. Co-convocante da Coalizão Just Net.

com a plena participação de governos, setor privado, sociedade civil e organizações internacionais”, não foi explicado como o princípio de que a governança da Internet deveria ser democrática poderia ser implementado na prática.

A afirmação sobre a “participação plena” de todos os tipos de partes interessadas pode soar bem, mas reflete a realidade atual somente em pretensão, não em verdade: Desde bem antes da época do CMSI e ainda hoje, empresas do setor privado da internet, juntamente com uma “comunidade técnica da internet” de engenheiros (que em grande parte trabalham para as mesmas empresas do setor privado) são em grande medida os únicos que têm na realidade “participação plena” na governança da Internet. Em grande medida, é exatamente os pontos de vista e preocupações deste grupo de pessoas e empresas que moldam a evolução da Internet e como ela pode ser usada, por exemplo, através do trabalho da Força Tarefa de Engenharia da Internet (IETF).

O conjunto de pontos de vista é muito maior em alguns fóruns de só de discussão como o Fórum Anual de Governança da Internet da ONU (IGF). No entanto, não existem mecanismos eficazes para tornar reais as práticas de governança da Internet, - isto é o que realmente molda a evolução e o uso da Internet -, levando em conta a variedade de preocupações que são expressas no IGF.

Na realidade dos mecanismos de governança da Internet atuais, entre todos os possíveis

pontos de vista que podem ser expressos por exemplo no IGF, há pouco ou nenhum efeito concreto em dizer qualquer coisa que não ressoe diretamente com os valores pessoais da “comunidade técnica da Internet” de engenheiros, que, como um grupo, sozinho, tem o poder de levar as coisas para a frente ou não. Esta situação não é democrática de forma alguma. Na ausência de quaisquer estruturas democráticas formais de governança da Internet, não há nenhuma maneira de forçar temas de justiça social e econômica que a maioria dos engenheiros não estão particularmente interessados e que poderiam facilmente ir contra os interesses econômicos de seus atuais ou potenciais futuros empregadores.

Eu preciso esclarecer aqui o que eu quero dizer a palavra “democrático” literalmente, semelhante à forma como por exemplo uma eleição não é automaticamente um processo democrático, mas se os cuidados adequados são tomados levando em conta parâmetros como (1) como os candidatos são determinados, (2) quem tem o direito de votar, (3) permitir na prática essas pessoas de exercerem o seu direito de voto, e (4) a prevenção da fraude eleitoral, então a votação pode ser adequadamente chamada de “eleição democrática”. O significado literal de *δημοκρατία* (*demokratia*), em linguagem moderna “democracia”, é que “são as pessoas que têm o poder de governar”. Desde os tempos antigos é visto em contraste com a “regra de uma elite”, o termo grego antigo para o último é *αριστοκρατία* (*aristokratia*). Em relação à Internet, a “comunidade técnica da Internet” está fazendo o papel de uma aristocracia, enquanto algumas organizações são tão poderosas que eles são como reis que podem essencialmente fazer o que quiserem. Exemplos incluem o Google, Facebook, Microsoft e da Agência de Segurança Nacional.

Isso não seria um grande problema se a Internet ainda fosse de relativa menor importância, como era no começo. No entanto, agora a Internet está facilitando uma transição muito significativa das sociedades humanas a um estado de organização que é muito mais globa-

lizado e muito mais baseado em tecnologias digitais do que qualquer outro que nós tenhamos experimentado. Precisamos ter certeza de que a democracia, no sentido literal da palavra como explicado acima, irá sobreviver a esta transição.

Um grande desafio aqui é que a ideia de aplicar diretamente os processos existentes baseados no estado da democracia (que podem ser descritos como implementações parciais ou totais - de diferentes qualidades - da ideia de democracia, no contexto de Estados-Nação) para governança da Internet não são atraente de forma alguma:

A ideia da democracia representativa é esta desde então até o mundo de hoje: a complexidade geral do conjunto de necessidades de governança é tão grande, os cidadãos delegam as tarefas de governança para especialistas (o executivo e judiciário do governo) e um parlamento que supervisiona o trabalho do executivo e que - por meio de leis - dirige os trabalhos do Poder Judiciário, ou seja, o sistema judicial. Este sistema corre o risco de quebrar quando muitos dos cidadãos não confiam em políticos de quaisquer partidos políticos democráticos que defendem a eleição (uma situação conhecida como “crise da democracia”, que é, infelizmente generalizada, sobretudo em muitos países “ocidentais” .) Além disso, o sistema democrático baseado em parlamento não pode funcionar em relação à governança da Internet quando nenhum dos grandes partidos políticos tradicionais propõe quaisquer candidatos a membros do parlamento que tenham real compreensão e competência na área da governança da Internet. Quando os políticos falham em prover competências confiáveis, o populismo tolo prevalece.

Parte do problema é que atualmente é bastante difícil de obter qualquer compreensão e competência na área da governança da Internet que não seja baseada no sistema de valores da “comunidade técnica da Internet” e uma ideologia de “governança multi investidora”, que é essencialmente preservar as

estruturas de poder atuais da governança da Internet

Por exemplo, um enorme ponto de atenção entre as pessoas que têm interesse em aprender sobre governança na Internet é a Corporação para Atribuição de Nomes e Números da Internet (ICANN) que, além de algumas questões mais profundamente técnicas que não são diretamente visíveis para os usuários finais, decide sobre a criação de nomes de domínio de nível superior como “.shop” ou “.pharma” e sobre as regras que se aplicam a esses nomes de domínios. Um perigo aqui é que o contrato com a ICANN que os registradores de nomes de domínio devem aceitar pode efetivamente dar alcance global para alguns aspectos infelizes da lei norte-americana. A ICANN tem um monte de dinheiro, e usa este dinheiro para atrair um grande número de pessoas em seus processos. Enquanto (ao contrário de alguns outros processos de governança da Internet) preocupações não-técnicas podem ser trazidas e se tornar temas de discussão, toda a estrutura da ICANN é direcionada para garantir que as decisões em relação aos “nomes e números atribuídos” que precisam ser tomadas sejam realmente ser tomadas. O Nome da ICANN não é enganoso, seu escopo realmente limitado a isso. Claro que isso é do interesse das pessoas e organizações a quem eu descrevi acima como uma espécie de aristocracia que esta função de governança continua a ser fornecida. A partir de suas perspectivas, as reais escolhas substanciais que são decididas por esta instituição de governança, são muito menos importantes do que o fato de que de alguma forma as decisões são tomadas e os resultados são amplamente aceitos, felizmente ou não.

Não há oportunidade na ICANN ou em qualquer outro processo estabelecido de governança da Internet de trazer preocupações gerais sobre justiça social e economia em relação à Internet, e para iniciar um processo de resolução de problemas correspondente. Isto não deveria ser visto como surpreendente: afinal de con-

tas, aqueles que detêm atualmente uma grande quantidade de poder em relação à Internet não teriam nada a ganhar, e potencialmente muito a perder, a partir do fortalecimento dos movimentos de justiça social e econômica. Somente problemas técnicos e problemas de negócios que são resolvidos atualmente.

Na minha opinião, existem três coisas que podem e devem ser feitas em função de trabalhar esse problema que consiste na atual falta de processos de resolução de problemas para a “sociedade da informação”, problemas de justiça social e econômica:

Primeiro, temos de insistir, em todas as oportunidades adequadas, em solução real de problemas. Contínuas discussões intermináveis simplesmente não são boas o suficiente.

Segundo, precisamos criar um espaço onde um discurso de solução de problemas sócio-econômicos da alta qualidade pode ter lugar sem interrupção daqueles que preferem que os problemas de justiça social e econômica permaneçam sem solução. Na minha opinião, o Fórum Social da Internet deve ser projetado de modo que possa cumprir esse papel.

Terceiro, é preciso ligar diretamente esse trabalho de resolução de problemas à políticas sérias e, mais especificamente, com o discurso político que tenha lugar nos parlamentos. Desta forma, os membros do parlamento tornarão-se informados sobre o que realmente importa na governança da Internet. Como consequência, o discurso político dominante nos meios de comunicação, que presta muita atenção ao que acontece nos parlamentos nacionais, também vai se tornar muito mais bem informado. ◀

Tradução: Caróu Oliveira (Coletivo Chasqui)
Revisão: João Gabriel Almeida
(Coletivo Chasqui)

WSIS+10: questões, atores, o que esperar

Richard Hill

O que é WSIS+10

O [World Summit on the Information Society](#) (WSIS) foi um encontro de chefes de Estado que ocorreu em 2003 e 2005. Foi inicialmente planejado para focar em maneiras de facilitar o desenvolvimento da sociedade da informação, particularmente [em como facilitar as melhorias e implementação das tecnologias de informação e comunicação \(TICs\) no mundo em desenvolvimento](#). Mas, devido à indisposição dos países desenvolvidos para contribuir financeiramente para esses fins, e também pela decisão unilateral dos EUA em manter sob seu controle a administração dos domínios e endereços da Internet, muitas das discussões focaram na [governança da Internet, que é um tópico controverso](#).

Apesar das diferenças de opiniões a respeito de governança na Internet, alcançaram-se acordos em diversos tópicos relacionados ao desenvolvimento das TICs. Esses acordos foram sintetizados em 2005 [na Agenda Tunis](#).

Estava previsto que se faria uma revisão sobre os progressos feitos e, de fato, em agosto de 2014 a Assembleia Geral das Nações Unidas acordaram na sua [Resolução 68/302](#) conduzir uma revisão geral de 10 anos.

Richard Hill é Presidente da *Association for Proper Internet Governance*. Consultor independente e ex-alto funcionário da União Internacional de Telecomunicações.

Separadamente, a UNESCO realizou em fevereiro de 2013 [o Evento de Revisão WSIS+10](#); em junho de 2014, a International Telecommunication Union (ITU) realizou [o evento High-Level](#) e, em março de 2015, a UNESCO realizou o [Connecting the Dots: Opções para Ações Futuras](#).

O resultado do evento da ITU, onde foi acordado um processo com diversas partes interessadas, foi uma declaração, desenhando datas e passos futuros para alcançar a Agenda Tunis. Enquanto esses resultados foram acordados de maneira unânime, [algumas partes argumentaram que as declarações deviam incluir posicionamentos mais fortes em algumas questões, como a proteção de todos os direitos humanos, a taxação da economia digital, a reforma das leis de propriedade intelectual, reformas da IANA e da ICANN e o reconhecimento que os princípios de necessidade e proporcionalidade devem ser aplicados nas atividades de vigilância](#). Os acordos do evento da UNESCO de março de 2015 traçaram a possibilidade de ações futuras para a instituição, mas a declaração não obteve o consenso de todos os participantes, em particular porque não [explicitou o reconhecimento de que a governança na Internet deve ser democrática](#).

O que são as questões para o WSIS+10?

A Assembleia Geral das Nações Unidas decidiu que a revisão geral em dezembro de 2015 vai identificar os potenciais furos nas tecnologias de informação e comunicação e áreas para se enfocar, assim como apontar os desafios, in-

clusive ultrapassando a divisão digital e o controle das TICs para o desenvolvimento.

Enquanto a “governança da Internet” está fora da lista de questões (sem dúvidas pelo fato que os EUA se opõem a discutir esse tópico de maneira multilateral), é provável que surjam pontos como “ultrapassar a divisão digital” e “o controle das TICs para o desenvolvimento”, como ocorreu no WSIS original.

Apesar dos pontos em desenvolvimento, é provável que os diferentes pontos de vista que já se manifestaram nos diversos fóruns sobre o assunto vão se repetir: um lado defendendo que a desregulamentação e a privatização são as melhores soluções; outro defendendo que com a ausência de regulação governamental, a desregulamentação e a privatização vão simplesmente aumentar o lucro das corporações sem trazer o benefício correspondente aos cidadãos.

A [objeção da Just Net Coalition](#) para as declarações do Connecting the Dots da UNESCO é um exemplo dessa divergência.

Nos termos de questões específicas, as que provavelmente serão as mais discutidas são exatamente as identificadas em 2005 pelo Grupo de Trabalho em Governança na Internet: o papel assimétrico dos EUA, o preço relativamente alto da conectividade nos países em desenvolvimento, a segurança (que agora inclui a privacidade e a vigilância em massa)... Isso foi discutido [ostensivamente durante os últimos 10 anos](#). Embora os proponentes do atual modo de governo digam que está ocorrendo alguns progressos, não é realmente o caso: não houve progresso. Portanto, esses pontos vão ser discutidos de novo no WSIS+10.

Quem são os atores no WSIS+10?

Até agora, o processo do WSIS foi consideravelmente aberto, as opiniões dos atores não-governamentais (companhias privadas e sociedade civil) foram acomodadas, então os documentos representam um acordo geral

entre diversos tipos de atores. Essa tradição é refletida de alguma forma na resolução das Nações Unidas de agosto de 2014, que decidiu que a revisão geral da WSIS vai ser concluída em uma reunião de alto nível, com duração de dois dias, na Assembleia Geral em Dezembro de 2015. Antes haverá um processo preparatório intergovernamental que levará em conta as opiniões dos principais interessados do World Summit on the Information Society; também se decidiu por convidar os representantes de todas as partes relevantes do WSIS para falar durante a reunião de alto nível e para encorajar sua participação nesta reunião.

Mas ainda resta saber como essa tradição vai ser resolvida na prática, porque a modalidade da participação dos atores não-governamentais ainda não foi especificada, e porque o processo preparatório, que vai começar só em junho de 2015, será intergovernamental, resultando em um acordo para os governos adotarem na reunião de alto nível da Assembleia Geral. Durante o processo preparatório para a reunião, o Presidente da Assembleia Geral vai organizar consultas interativas informais com os principais agentes do WSIS, a fim de coletar suas opiniões para o processo de negociação intergovernamental, mas as modalidades de consulta ainda não foram anunciadas.

O que esperar no WSIS+10?

Como mencionado acima, os debates do WSIS tendem a ser iguais àqueles que ocorreram nos outros fóruns, e a divisão dos pontos de vista podem ser resumidos em Norte/Sul: países desenvolvidos versus países em desenvolvimento (com os BRICs alinhados com os últimos).

Como já foi mencionado, muito do debate enfoca (seja de modo aberto ou escondido) na Internet. Para os países desenvolvidos, ela é uma tecnologia que permite o crescimento, que só será continuado se for garantida a não-intervenção dos governos. Entretanto, na realidade, atualmente isso é mais importante para os países em desenvolvimento. E os paí-

ses desenvolvidos apoiam intervenções nos assuntos sobre Internet quando se adequam aos seus interesses, em particular na garantia das propriedades intelectuais.

Então é provável que o enfrentamento seja entre aqueles a favor do modelo internacional neo-liberal (chamado “**modelo multi-interesados**” quando os assuntos da Internet são discutidos), nos quais **os EUA e suas companhias privadas dominam**, versus aqueles a favor de **modelos democráticos de governança**.

O que alcançar no WSIS+10?

Da perspectiva dos movimentos sociais, dos atores da sociedade civil que lutam por jus-

tiça social e econômica e de grupos que desejam que a Internet se torne uma tecnologia desenvolvida pelo povo e para o povo (como o **Fórum Social de Internet**), a tendência dos EUA e de seus aliados de levar a governança de acordo com os seus **interesses geopolíticos e geoeconômicos** deve ser enfrentado, e deve ocorrer um **acordo nos princípios básicos** que levem a um **uso equitativo e justo das TICs e a proteção e realização de todos os direitos humanos**. <

Tradução: João Gabriel Almeida
(Coletivo Chasqui)

Revisão: Adriana Varandas (Coletivo Chasqui)



Revista Latinoamericana de Comunicación



Suscripción

USD 65,00

por tres números al año

Costos de envío

Ecuador \$ 21,00

Colombia \$54,00

Perú \$87,00

USA \$ 123,00

Resto de América \$ 138,00

Europa \$ 174,00

El pago puede hacerlo a través del Banco Pichincha (Ecuador) a nombre de CIESPAL, cuenta corriente N° 3188236304, código Swif: PICHECEQ o con cheque al mismo nombre. Una vez realizado el depósito notificar vía correo electrónico a miniguez@ciespal.org su registro.

www.revistachasqui.org

Chamado de Túnis para uma Internet da Cidadania

Nós, participantes da oficina “A organização de um Fórum Social da Internet - Um chamado a ocupar a Internet”, realizado em Túnis no marco do Fórum Social Mundial, afirmamos nosso compromisso com o objetivo comum de construir a Internet da cidadania desde baixo e além das fronteiras: uma Internet em função do interesse público e da solidariedade, em que o controle esteja nas mãos do povo; uma Internet baseada na dignidade humana, na igualdade, na justiça social, na liberdade e nos direitos de comunicação das pessoas.

Unimos nossas vozes à convocação de celebrar um Fórum Social da Internet, como um espaço para debater sobre a Internet que queremos e como construí-la antes que a revolução do conhecimento e do acesso à informação seja sequestrada irremediavelmente pelos interesses corporativos e pelas agências de segurança, incrementando o nexo de corrupção entre a política e o dinheiro.

Hoje em dia a Internet tem se convertido em parte integral e essencial de nossa vida cotidiana; cada vez mais nossas atividades se organizam através entorno dos espaços virtuais, redes, serviços on-line e tecnologias de Internet. Em torno da rede se estrutura o modo em que vivemos, trabalhamos, brincamos e organizamos nossas cidades. Em muitos aspectos isso é assim inclusive para as pessoas que na atualidade não tem acesso direto à Internet.

Ao mesmo tempo nos preocupa constatar como nossos espaços, tanto privados como públicos, estão sendo cooptados e controlados em benefício do privado; como as corporações privadas estão transformando a Internet pública em espaços fechados; como manipulam e se apropriam de nossos dados pessoais; como está emergindo uma sociedade global de vigilância que nega a privacidade; como se está censurando a informação na Internet de maneira arbitrária e se restringe o direito das pessoas a comunicar; e como se está militarizando a Internet. Enquanto isso, a tomada de decisões em matéria de políticas públicas relativas a Internet se mantém perigosamente distante dos mecanismos de governabilidade democrática.

Fazemos um chamado a todas e todos que com-

partilhem esses objetivos a participar durante os próximos meses da elaboração do Manifesto da Internet da cidadania com o objetivo de buscar um consenso sobre os princípios básicos de uma internet orientada à equidade social, à solidariedade humana e à justiça.

Internet é uma ferramenta e um espaço de trabalho indispensável para a construção das lutas sociais e das interconexões entre os movimentos. Fazemos um chamado aos movimentos sociais e organizações reunidas aqui em Túnis a assumir esta proposta como parte essencial de suas agendas de ação, incluindo, entre outros, os seguintes objetivos:

Exigimos medidas decisivas para frear a vigilância massiva indiscriminada que as corporações, agências de segurança e governos implementam.

Defendemos a descentralização - na maior medida possível - das estruturas técnicas, econômicas e de manejo de dados da Internet; e o acesso a uma Internet baseada no princípio de neutralidade da rede como direito, que deve incluir apoio a redes comunitárias e à infraestrutura pública. Também defendemos a liberdade de comunicação para as pessoas.

Nos comprometemos a explorar a revolução da Internet para construir a solidariedade global entre os movimentos populares, para permitir que compartilhem experiências a nível mundial e aprendam uns dos outros.

A Internet da cidadania deve ser impulsionada sobretudo pelos povos. Uma internet dirigida de mãos dadas entre as grandes empresas e os governos hegemônicos não representa o interesse público. Defenderemos o direito das organizações de base e movimentos sociais junto a outros atores da sociedade civil a participar nas negociações mundial sobre governabilidade da Internet.

Documento da oficina *A organização de um Fórum Social da Internet - Um chamado a ocupar a Internet*, FSM, 2015, Túnis, 26 de março.

Tradução: Vitor Taveira (Coletivo Chasqui)
Revisão: Kassia Marques (Coletivo Chasqui)



AMERICA LATINA *en movimiento*

revista mensual

ACTUALIDAD Y PENSAMIENTO LATINOAMERICANO

- Realidad Regional
- Procesos Sociales
- Problemáticas Contemporáneas

Un esfuerzo conjunto de analistas y pensadores destacados, organizaciones sociales y ciudadanas, escritores y comunicadores comprometidos con las causas sociales.

Fuente de información imprescindible para líderes de opinión, dirigentes sociales, activistas políticos, centros de estudios y formación, periodistas y medios de comunicación, organismos de desarrollo...

¡SUSCRIBETE!

Tu aporte garantiza la continuidad y calidad de nuestra labor informativa
info@alainet.org • www.alainet.org/revista_phtml